



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ARTHUR ROCHA DE OLIVEIRA

**EMPRESÁRIOS/AS DE SI NAS RUÍNAS: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA NO NEOLIBERALISMO**

São Cristóvão

2023

ARTHUR ROCHA DE OLIVEIRA

**EMPRESÁRIOS/AS DE SI NAS RUÍNAS: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA NO NEOLIBERALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos.

São Cristóvão

2023

**EMPRESÁRIOS/AS DE SI NAS RUÍNAS: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA NO NEOLIBERALISMO**

ARTHUR ROCHA DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos.

Nota: _____

APROVADO EM: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos (Orientador)
Universidade de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (Examinador)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Profa. Ma. Ticiane Pereira dos Santos Vieira (Examinadora)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

**Dedico a presente pesquisa às três mulheres
que possibilitaram que a escrita fosse feita a
quatro mãos: Maria de Fátima, Camila e
Fabiana.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas que fizeram possível o processo de escrita desta monografia. Agradeço a Adriele, minha companheira, que para além dos momentos de afeto leu com cuidado alguns fragmentos que eu mandava aos domingos. Agradeço a Orlando, meu pai, pelo apoio e esforço desmedido para que fosse possível minha permanência na universidade. Agradeço a Ewerton (Ewa), meu primeiro orientador de PIBIC com o qual pude aprender muito do que se segue nas linhas dessa monografia. Agradeço a Leomir Hilário (sou um hilariano?), cujo norte intelectual atravessou toda esta monografia, que seria impensável sem os espaços de intervenções e trocas mutuas entre os presentes. Ao grupelho Krítica – Crise e Crítica, deixo meu agradecimento, onde foi possível lembrar que a UFS é um espaço público e que produz teoria. Agradeço ainda a Paulo, meu orientador, por fazer do processo de escrita um espaço calmo, bem como o respeito intelectual e suas contribuições inenarráveis a esta monografia.

Sem hierarquia de afetos, agradeço a Bruno Auderlin, com quem compartilho a maioria das problemáticas teóricas (Bebeto e Romário) e com quem compartilhei estudos de Hegel numa manhã ensolarada de domingo. Agradeço a Agnaldo pelos momentos de acolhida em sua residência e também as conversas enquanto tomávamos café e falávamos sobre algum tema referente a aula que havia acabado. Agradeço a Ellen, que com sua grandeza e amizade possibilitaram conversas que sempre retornavam a comentários sobre a obra intelectual de Marildo Menegat. Agradeço ainda as pensadoras da catástrofe: Beatriz e Thaís, com quem pude compartilhar outras leituras marginais dentro do nosso curso. Por fim, mas não menos importante, agradeço a Brenda (Brendita Scholz) que possui importância significativa em todo meu percurso acadêmico com quem aprendi muito do que sei sobre Roswitha Scholz.

“HAMM

Chega por hoje. (Pausa) Essa história não dura muito mais. A não ser que crie outros personagens.

(Pausa) Mas onde encontrá-los?”

Fim de partida – Samuel Beckett

RESUMO

Esse trabalho procurou estudar os Programas de Transferência de Renda, a partir de suas múltiplas determinações estruturais, considerando, sobretudo, sua natureza, funcionalidade, principais características e seu impacto na vida dos beneficiários e beneficiárias. Amparada no método crítico-dialético, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, recorrendo a algumas importantes referências sobre o tema, e documental, que possui como base a leitura crítica de cartilhas e/ou relatórios de organizações multilaterais. Mais especificamente, utilizamos alguns relatórios do Banco Mundial, pelo critério de acessibilidade, por entender a centralidade deste órgão como interventor na pobreza e busca pelo desenvolvimento econômico e social, ao passo que este responsabiliza os sujeitos para a superação da pobreza. O problema estudado foi, dessa forma, apreender como a transferência de renda repassada por meio do Estado produz empresários de si nas ruínas. Melhor dizendo, ainda que exista um papel direto desempenhado pelo Estado, a partir da crise estrutural do capital, a transferência monetária reifica a relação entre Estado e indivíduo, ao passo que coloca este último como agente privilegiado para superação da sua condição de pobreza. Os resultados obtidos indicam traços novos na relação de políticas sociais e sujeitos, e que o Estado não se ausenta, mas que constrói uma relação com os indivíduos que impõe sua participação ativa, cuja realidade só pode alterar-se por meio de empreender-se para um futuro. Enquanto empresários/as de si mesmos, os/as beneficiários/as dos PTRs são “estimulados” ao desenvolvimento de capital humano, de empenho em processos de educação financeira, além de subordinação aos ditames da lógica empresarial-neoliberal, e empreendimento nos esforços individuais para saída dos referidos programas. A pesquisa permitiu apreender os Programas de Transferência de Renda a partir da crítica da economia política. Os resultados obtidos suscitam uma ampliação do material, tendo em vista outros *insights* que se apresentam no decorrer da monografia.

Palavras-chave: Crise estrutural. Programas de Transferência de Renda. Neoliberalismo. Serviço Social

RESUMEN

Este trabajo buscó estudiar los Programas de Transferencias Monetarias desde el punto de vista de sus múltiples determinantes estructurales, considerando sobre todo su naturaleza, funcionalidad, principales características y su impacto en la vida de los beneficiarios. Basado en el método crítico-dialéctico, se trató de un estudio bibliográfico, utilizando algunas referencias importantes sobre el tema, y de un estudio documental, basado en la lectura crítica de cartillas y/o informes de organismos multilaterales. Más específicamente, utilizamos algunos informes del Banco Mundial, basándonos en el criterio de accesibilidad, ya que entendemos la centralidad de esta organización como interventora en la pobreza y en la búsqueda del desarrollo económico y social, al tiempo que responsabiliza a los individuos de la superación de la pobreza. El problema estudiado fue, por lo tanto, comprender cómo la transferencia de renta que pasa por el Estado produce empresarios de sí mismos en las ruinas. En otras palabras, aunque haya un papel directo del Estado, desde la crisis estructural del capital, la transferencia de renta reifica la relación entre el Estado y el individuo, al tiempo que coloca a este último como agente favorecido para superar su condición de pobreza. Los resultados obtenidos indican nuevos rasgos en la relación entre las políticas sociales y los sujetos, y que el Estado no está ausente, sino que construye una relación con los individuos que requiere su participación activa, cuya realidad sólo puede ser alterada a través del emprendimiento para el futuro. Como emprendedores de sí mismos, los beneficiarios de los PTRs son "incentivados" a desarrollar capital humano, a involucrarse en procesos de educación financiera, así como a subordinarse a los dictados de la lógica empresarial-neoliberal, y a emprender esfuerzos individuales para salir de estos programas. La investigación permitió comprender los Programas de Transferencias Monetarias desde el punto de vista de la crítica de la economía política. Los resultados obtenidos dan pie a una ampliación del material, en vista de otras percepciones que surgirán en el transcurso de la monografía.

Palabras clave: Crisis estructural. Programas de Transferencia Monetarias. Neoliberalismo. Trabajo Social

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
ODS1	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PTRs	Programas de Transferência de Renda
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO I: NAS RUÍNAS DA CRISE: UMA APREENSÃO DA CRISE DO CAPITALISMO E SEUS IMPACTOS	21
2.1	Crise: capitalismo em ruínas	21
2.2	1970: Salto mortal do modo de produção e a crise estrutural.....	25
2.3	Pacientes na crise estrutural, quem são?.....	30
2.4	Crise dos mecanismos de proteção social	36
3	CAPÍTULO II: PALIATIVOS DA DECOMPOSIÇÃO: UMA APREENSÃO CRÍTICA DOS PROGRAMAS DE TRNASFERÊNCIA DE RENDA.....	42
3.1	Neoliberalismo: mudanças estruturais e novas estratégias de gestão da pobreza.....	42
3.2	Bifurcação: Programa de Transferência de Renda.....	48
3.3	Por que Programa de Transferência de Renda?	55
3.4	Remédios prescritos para cuidados paliativos	61
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1 INTRODUÇÃO

As discussões que serão realizadas nesta monografia remontam diretamente uma cena da minha infância. A nostalgia presente no início de sua apresentação é a mola propulsora para a construção e crítica que se desempenhará no decorrer do escrito. Dito isso, o pressuposto para escolha da temática que abordo é fruto de um acontecimento peculiar – num primeiro momento achava que fosse singular – que perpassou uma fase da minha *família*. Em um dado momento, éramos o público-alvo¹ e minha mãe a responsável por ser a empresária de si nas ruínas.

Era ela, então, que, quase em um rito religioso, desempenhava as funções de cuidado da família, ao tempo que se preocupava com as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). Sem ter terminado os *estudos* (parou no oitavo ano como conhecemos hoje) trazia em si traços da sociedade produtora de mercadorias. Seu empenho era demasiado como rolar uma pedra ladeira a cima e no final retornar ao ponto de início. Nesse processo, Maria, buscava as filhas e filho na escola, levava para consultas médicas e fazia com que não faltasse nenhuma vacina.

Este processo de rememorar a infância, escavar com tanta força para que se chegue nas entranhas, que pode parecer banal, fomenta um sentido crítico no que diz respeito ao presente. Pois bem, retornemos ao necessário. Esse processo *peçoal* de intervenção do passado no presente em que dedico a pensar criticamente me faz lembrar a imagem de uma mulher segurando uma prancheta na mão, na porta da minha casa numa tarde ensolarada, chamando por minha mãe. Infelizmente, não consigo lembrar como me senti ao ver aquela pessoa.

De todo modo, corri casa a dentro em busca de Maria, minha mãe, e ela prontamente recebeu as pessoas (entraram três pessoas em *nossa* casa). Sem muitas firulas ou rodeios a mensagem foi dada: a senhora será desligada do programa pois seu filho está estudando numa escola particular. Em nota final, minha mãe já em ruínas, a assistente social disse que não era nada *peçoal*, mas que haviam denunciado. Eu não entendia, ao passo que entendia. Primeiro, porque minha família parecia ser esmagada por um poder além dos meus olhos?

Todo mundo estava sendo pressionado contra a parede, quando na verdade estavam sentados. E então olhei para minha mãe que não esboçava nenhum semblante, procurei seus olhos esperando que pudesse me dizer algo, mas sabia que não havia nada naquele momento. Então saíram e neste dia quase nenhuma palavra foi dita. Me sentia culpado. Minha mãe parecia

¹ Esse termo aparece no decorrer da monografia, desse modo será explicado posteriormente.

ter digerido o acontecimento e fazer isso não fez com que ela ficasse bem, ou que fosse uma mulher forte no sentido cristão atribuído a tal palavra.

Lembro-me, havia ganhado uma *bolsa* na escola particular, afinal era uma tia minha quem pagava os livros e mensalidades. Minha mãe ficará encarregada de ir todo mês a casa dessa tia e pegar o dinheiro para que eu pudesse estudar. E por que, então, minha mãe havia perdido o dinheiro do programa? Eu então, não iria mais comer *danone* que minha mãe, Maria, comprava uma vez no mês quando voltava da lotérica? De toda forma, isso não se repetiu mais.

A história que se segue a partir daí não é menor, isto é, as coisas não melhoraram milagrosamente. Seguiu-se uma vida em que os cuidados primários seguiam colocados a ela. Os problemas que seguiram a partir do fatídico dia continuaram a ser respondidos da mesma forma, melhor dizendo era ela quem ainda resolvia nossos problemas, mesmo quando perdeu a transferência de renda que mistificava a figura da mulher a resolução de problemas sociais. Por ironia do destino, ou melhor pelas contradições existentes no capitalismo, nenhum de nós ascendeu ao patamar de superação da pobreza, isto pode ser visto no fato de retornarmos, agora eu estando na faculdade enquanto capital humano, ao programa. Como bem dizem, um bom filho (!) a casa retorna.

Este percurso, de mexer nas fraturas expostas e tensionar com a realidade presente remonta a crítica imanente que é uma categoria metodológica analítica, produzida por uma tradição de pesquisa que é a Teoria Crítica – geralmente conhecida como Escola de Frankfurt – que é o saber epistemológico aqui mobilizado cuja base estava em reunir "[...] pesquisadores de diferentes especialidades trabalhando em regime interdisciplinar e tendo como referência comum a teoria marxista." (Nobre, 2004, p. 15).

Nesses termos, esta categoria nos ajuda a analisar o objeto em sua transformação histórica, ao passo que nos aproxima de um acompanhamento a historicidade do objeto aqui pesquisado. É também responsável por me dar fôlego para justificar a escolha pessoal² do problema que será exposto, pois permite que historicize o objeto fomentando, entender o meu lugar e o lugar da minha pesquisa no contexto atual. Deste modo, será central para que eu possa falar o que são os Programas de Transferência de Renda (PTR's) no interior do contexto em que passou a se sobressair, no interior da minha pesquisa bem como os problemas que são colocados na fase atual do capitalismo tardio.

² Aqui chamo de escolha pessoal entendendo que o problema se expressa a partir da forma social que estamos inseridos, a saber o capitalismo. Dessa forma, é um “problema” – para quem? – que atravessa outras pessoas, não se reduzindo somente a mim.

Ao abordar os Programas de Transferência de renda é imprescindível considerar os sujeitos que são beneficiados. Assim sendo, no contexto social do Brasil periférico e colonizado torna-se fulcral pensar raça e gênero. O Serviço Social, em sua leitura tradicional, sempre tratou a “questão social” como a contradição entre capital e trabalho³. Como será demonstrado no capítulo I, a categoria trabalho tem passado por um processo de metamorfose após 1970, isto é, permanece central para produção do mais valor, no entanto existe uma substituição do trabalho humano, sendo esse o único a produzir o mais valor.

Retomando, com o Programa Bolsa Família, as mulheres passam por um processo de reafirmação do papel – produto de uma sociedade patriarcal – de administração da família, eram elas quem geriam e ainda gerem a renda recebida do programa e dos filhos e filhas e marido. No Brasil, as mulheres usuárias de assistência social que recebiam esse programa eram em sua maioria negras⁴. Gonçalves (2019) chama atenção para o fato de integrar essas mulheres por meio de dinheiro ao sistema produtor de mercadorias não foi suficiente, elas continuaram sofrendo a solidão da mulher negra e as diversas violências sexistas.

Dessa forma, o presente trabalho se justifica no fato de empenhar-me na apreensão do *boom* dos Programas de Transferência de Renda como um sintoma da crise estrutural fundamental do capitalismo estabelecendo-se dessa forma após a terceira revolução industrial (técnico-científica) com a substituição progressiva da mão de obra humana por máquinas e parte da força de trabalho é deslocada para setores improdutivos do ponto de vista do capital. Essa elaboração, na leitura desse evento, nos proporciona desenvolver uma crítica à altura do nosso tempo, podendo fomentar outras formas de leitura do mesmo problema na academia, não visando dar conta da temática, mas sim proporcionar a abertura de novos debates a respeito. Ademais, a monografia visa ir além da aplicabilidade dos programas e da leitura que entendem como um progresso social, mas que coloca os (as) usuários (as) como centro visando relembrar que há outras formas de vida.

³ Uma leitura da “questão social” se encontra no apêndice do livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (Netto, 2011). O autor desenvolve sua apreensão a partir de cinco notas: primeiramente a expressão serve para dar *cabo* ao fenômeno do pauperismo que diz respeito a uma pobreza crescente ao passo do aumento da capacidade social de produzir riquezas; como a expressão passa a ser adotada pelo conservadorismo, fomentando uma apreensão moral; no terceiro é o sua funcionalidade não poder ser observado dissociado ao sistema capitalista, isto é, é uma condição necessária; em quarto a perspectiva marxista foi responsável para ampliar a visão que mesmo nas três décadas gloriosas, por exemplo, existiam processos de pauperização relativa (levando em conta que é impossível a superação da “questão social a partir da própria forma social que a produziu); e por último o autor defende que não existe uma nova “questão social”.

⁴ Veremos o desdobrar dessa preposição ainda no primeiro capítulo.

É de suma importância pontuar o papel teórico que o Grupelho *Krítica – Crise e Crítica* desempenha na construção desta monografia. O grupo, que não possui vínculo burocrático agindo de forma autônoma na Universidade Federal de Sergipe, desempenha atividades de leituras conjuntas, minicursos, palestras, pesquisas e debates. Tem como principal característica a interdisciplinaridade, isto decorre desde os discentes que estão presentes aos docentes. Entre os cursos têm-se Serviço Social, Ciências Sociais, Psicologia entre outros. Esta breve apresentação tem como objetivo sublinhar que muitos *insights* produzidos nessa monografia foram possíveis a partir de diálogos com discentes e docentes de múltiplas áreas de pesquisa.

Feita essa delimitação, para que se estabeleça a validade da categoria analítica ao qual estamos chamando de “empreendedor de si mesmo nas ruínas” serão necessários três autores. Para tal, destaca-se o conceito de governamentalidade produzido por Michael Foucault (2008) em seu livro *Nascimento da Biopolítica* (2008) e tempos depois por, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016). Deste modo, nos ajudarão a pensar os e as beneficiários (as) monetários enquanto sujeitos das ruínas, ou seja, como a ideologia neoliberal, por meio dos PTR's – e a transformação dos mecanismos de proteção social a partir da sua aplicabilidade – se inserem num contexto em que são produzidos *sujeitos monetários sem dinheiro*.

Caminhando por essa linha de raciocínio será imprescindível a crítica da economia política produzida por Karl Marx (1985; 2011). Serão usadas as bases teóricas produzidas por tal autor em duas obras, a primeira será *O Capital: crítica da economia política* (1985) que permeia todo o processo teórico desta monografia, pois é a partir de suas análises que podemos apreender a mudança da sociedade que expõe mão de obra humana ao passo que está não deixa de ser a referência central para reprodução da vida dos sujeitos: “o salto [...] do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, é, [...] o salto mortal da mercadoria. Caso falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela” (Marx, 1985, p. 95).

Será também utilizada a obra *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política* (2011). Mais especificamente, deste manuscrito, será de suma importância o fragmento intitulado *Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade* (Marx, 2011, p; 578-596). A escolha de tal tópico se dá por sua atualidade enquanto ferramenta teórica de análise, pois é neste fragmento que o autor pontua a substituição gradativa das máquinas pelo ser humano, ao passo que a produção de valor ainda depende da força humana que o próprio capitalismo enquanto contradição se desfaz. Isto é, uma tendência no modo de produção capitalista como automação e obsolescência do trabalho.

Para que seja possível entender as questões atuais que estão colocadas para nós, optou-se por uma apresentação da crise estrutural do capitalismo. Deste modo, como bem pontua Kurz (1992), a partir de 1970 – o capital que é um processo auto contraditório – passa por uma terceira revolução industrial técnico científica, isto é, uma substituição progressiva da mão de obra humana pela cientificidade. Neste interim recorremos a ideia de crise estrutural fundamental produzida por Mészáros (2011; 2021) cujo intuito é apreender como todas as esferas que se estruturam a partir dessa forma social entram em uma crise sistêmica.

Uma autora que será central para apreensão dos Programas de Transferência de Renda será a Maria Ozanira da Silva e Silva (2014). É esta pesquisadora que desenvolve uma atualização recorrente referente a esses programas de transferência monetária, que por vezes centra-se na apreensão dos mesmos na periferia do capitalismo. Deste modo, a apresentação histórica e as imbricações destes programas bem como suas funcionalidades só foram possíveis pela contribuição de folego produzida no decorrer dos anos pela autora. Em uma de suas obras, a que mais fora central para a pesquisa se destaca o *Programas de Transferência de renda na América Latina e Caribe* (Silva et al. 2014). A autora que se encontra na coordenação demonstra as particularidades em cada país pesquisado, mas ao mesmo tempo demonstra como existe um fio condutor de aplicabilidade mesmo em países que se diferem.

Por meio dos autores citados e as categorias, que serão exemplificadas no decorrer da monografia, o presente trabalho tem como objetivo de problematizar o lugar do Programa de Transferência de Renda como um aparato essencial para a governabilidade neoliberal, cujos(as) usuários(as) passam a ser empreendedores de si nas ruínas. Outrossim, é necessário estabelecer a relação entre a crise estrutural fundamental do capitalismo e os Programas de Transferência de Renda, apoiando-se na ideia que esse programa advém da crise estrutural do capitalismo como sintoma posto e não um progresso do Estado Social⁵.

A compreensão histórica desse programa nos coloca alguns questionamentos, dentre estes podemos ressaltar o fato de sua aplicabilidade exponencial ser efetivada diante a crise estrutural fundamental do capitalismo. Logo, como poderia um programa de transferência monetária se expandir em um momento em que todas as bases da relação social criadas pelo

⁵ Nota de rodapé explicando. É importante situar, como o faz Boschetti (2020, p.4), a diferenciação entre Estado de Bem-Estar Social e Estado Social. Este último refere-se “a uma importante estratégia anticíclica e teve um papel determinante na reprodução ampliada do capital no capitalismo tardio, sobretudo nos países do capitalismo central, entre a década de 1940 e 1970, nos termos de Mandel”. Para a autora, qualifica “o conjunto das políticas sociais e os direitos por elas materializados de Estado Social intenciona decifrar sua constituição e funções sob condições histórico-sociais específicas; dito de outra forma, significa reconhecer que a relação entre Estado, direitos e política social expressa relações sociais determinadas”.

valor estão em ruptura? Mais ainda, como é possível a transferência do dinheiro em um momento de taxas elevadas de desemprego e terceirização dos trabalhos?

A partir desses questionamentos inquietantes podemos propor que analisamos de que forma as Políticas de Transferência de Renda integram-se à dinâmica neoliberal como respostas aos efeitos da crise capitalista atual. Contudo, a ideia de resposta deve ser observada a partir de uma perspectiva de negatividade, não sendo um progresso no sentido que o sistema capitalista⁶ impõe. Melhor dizendo, a resposta para pobreza (como veremos no decorrer dos capítulos) não tem como perspectiva a superação estrutural da mesma, mas uma gestão das ruínas, pois a sociedade desmorona e continua em pé.

Tomando por base a negatividade e a produção destrutiva que ocorre a partir da crise estrutural buscamos elencar – para dar conta das problematizações acima – os objetivos específicos desta monografia. Sendo estas: (I) Situar o contexto da crise capitalista atual, suas consequências e algumas das respostas no campo assistencial; (II) Contextualizar historicamente a emergência da Política de Transferência de Renda (PTR), à luz da crise estrutural do capitalismo; (III) Identificar o papel desenvolvido da Política de Transferência de Renda entre os chamados “público-alvo”; (IV) Compreender o papel dos Programas de Transferência de Renda na economia.

Levando em conta as transformações do capitalismo a partir de 1970, com uma substituição progressiva do trabalho pela ciência, nota-se um processo dissolutivo das bases que outrora sustentavam a reprodução social, especificamente o fordismo-keynesiano. Esse processo de reestruturação produtiva acarreta o que Mandel (1982, p. 144) denominou “limite interior do modo de produção capitalista”. Destarte, um princípio estrutural da crise do capital, pois ela é privatizada e confinada à dimensão dos sujeitos. Somado a uma substituição cada vez maior da mão de obra humana pelo capital fixo as configurações para o Serviço Social mudam com a crescente massa de desempregados ou empregados de forma precarizada.

Partindo dessas questões norteadoras, é necessário estabelecer um diálogo direto com Dardot e Laval (2016), isto porque nos é permitido pensar, que na governabilidade neoliberal, as políticas públicas são atravessadas pela categoria concorrência. As batalhas travadas entre as políticas públicas precisam necessariamente ter como finalidade a que melhor se encaixa nos indicadores econômicos, em que os usuários devem ser consumidores ativos de mercadorias. Em face disso, os usuários desse programa – que serão chamados aqui de empresários de si nas

⁶ O conceito de sistema pode ser observado em Mészáros (2011) onde o autor aponta que o sistema é orgânico e dotado da própria lógica. Mais ainda, enquanto um conjunto objetivo de imperativos que subordina a si todas as áreas da atividade humana.

ruínas – também passam pela consolidação da racionalidade neoliberal visto que os condicionantes desse programa convertem o sujeito a se autogovernar para ser um empresário da sua miserabilidade.

Diante disso, esta monografia visa discutir como nessa quadra histórica neoliberal os Programas de Transferência de Renda tornam-se uma referência no que diz respeito a desempenho. Isto porque sua finalidade não é reingressar as “massas sobrantes” (Menegat, 2019), ao contrário visava aquecer a economia⁷. Dada essa demarcação, será também mobilizada a ideia que esse programa não possui um caráter de progresso, mas – no governo lulopetista com o PBF por exemplo – “representavam a mediação de uma crise aguda que atualmente aprofunda seus efeitos violentos no desmoronamento das mediações estatais de contenção” (Gonçalves, 2019, p. 251). Essas colocações iniciais e a centralidade da crise categorial visa dar cabo a manifestação do Programa de Transferência de Renda (PTR's).

Com base nessas colocações, é crucial para esse projeto entender o papel que os Programas de Transferência de Renda desempenham na crise categorial do capitalismo. Ao contrário do que ocorre na Constituição de 88, tomando o Brasil como exemplo, com o tripé da Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social) que são postulados como Direito Social, os Programas de Transferência de Renda praticam uma intervenção com caráter empresarial aos moldes do neoliberalismo, tendo como centralidade a concorrência e o desempenho. Nesse sentido, o Estado passa a desempenhar outro papel, “[...] já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais” (Dardot; Laval. p. 284, 2016).

Perante isso, os problemas de pesquisa são formulados da seguinte forma: (a) De que modo os Programas de Transferência de Renda possuem uma característica empresarial? (b) Como os empresários de si das ruínas se integram ao sistema concorrencial neoliberal a partir desses programas? (c) Sua existência enquanto tal pode ser apreendido como um progresso positivo? Esses programas somados a governabilidade neoliberal, nesse sentido, tornam-se essencial para a presente investigação, uma vez que partimos da hipótese que existe um elo entre integrar os sujeitos ao sistema produtor de mercadorias (um *relacionamento abusivo*) e fazer os mesmos e as mesmas empresários e empresarias das ruínas por meio de Programas de

⁷ Aqui me refiro especificamente ao Programa Bolsa Família (PBF) no governo lulopetista. É imprescindível ressaltar que esse programa foi responsável por salvar milhões de famílias, mas que deve ser passível de críticas.

Transferência de Renda quando não podem mais, em sua maioria, voltar ao mercado de trabalho.

De início, a pesquisa tem como pressuposto norteador uma abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental, cujo objeto central são os Programas de Transferência de Renda. Assim sendo, para estabelecer o lastro metodológico do projeto, levando em conta o contexto socioeconômico e suas determinações estruturais, é preciso pontuar que, partindo de colocações feitas por Adorno (2008) cujo mote é apresentar as formas de estudos sociológicos feitos por ele a partir da teoria crítica, nos é estabelecido apontamentos para pensar as diversas imbricações no objeto aqui pesquisado, a partir da interdisciplinaridade. Somado a isso, visto que existe um pressuposto fundamental para o desenvolvimento da minha argumentação, do eixo desse projeto que é justamente problematizar as relações sociais criadas a partir dos PTR's, as contribuições da Teoria Crítica ganham uma força ainda maior com a nossa quadra histórica.

Essa tradição de pesquisa, Escola de Frankfurt, nos permitiu elaborar o empreendimento teórico que se segue no decorrer da monografia, ainda assim a forma em que o objeto foi pesquisado tem por base muito dos pressupostos metodológicos dos frankfurtianos. Por isso usamos a noção teórica “crítica da razão instrumental” que diz respeito ao fato do procedimento tomar lugar da reflexão. Mais do que isso, este conceito nos apresenta ao fato da eficácia tomar o lugar de várias esferas da sociedade, somado a isso nos ajuda a entender a reviravolta nos mecanismos de proteção social para que se estabeleça políticas sociais e ou programas que se comportem a mercadorização da vida.

O fato de termos como pressuposto tal aporte teórico nos possibilita, ainda, trabalhar com a noção de totalidade. Diante disso esse conceito, totalidade, refere-se ao imperativo de que a forma social que vivemos na sociedade moderna é uma forma social que tende a totalidade, isto é, todas as formas de relações sociais no capitalismo passam por um constrangimento da mercadoria. Além desse, o materialismo interdisciplinar também desempenha papel central enquanto método, tendo em vista pensar a materialidade dos PTR's a partir dos vários campos dos saberes, proporcionando uma apreensão plural do objeto pesquisado.

Considerando as pontuações feitas anteriormente, a pesquisa bibliográfica oferece os meios para a finalidade do projeto aqui escrito, como a contextualização dos Programas de Transferência de Renda, visando captar algumas palavras-chaves que advém do caráter empresarial: condicionalidades, gestão, focalização, público-alvo, autonomização individual, competitividade, metas e resiliência. Levando em conta tais objeções, buscar nos textos

científicos os chamados “público-alvo” dos PTR’s e as palavras que se relacionam com o caráter empresarial, visando estabelecer relação com outras obras científicas que comporte a leitura da crise estrutural⁸ do capitalismo, os PTR’s e o neoliberalismo. Após esse levantamento submeter tais textos ao que Lakatos e Marconi (2001) delimitam como crítica do material bibliográfico. Dessa forma, foi medular para esse projeto pesquisar textos – mais especificamente livros e artigos científicos – que debatam tal temática para que seja possível perceber limites e leituras possíveis com a prerrogativa de ajudar no avanço científico do debate sobre PTRC.

Somado a isso, para entender o contexto histórico e socioeconômico do aparecimento dos Programas de transferência de Renda é imprescindível uma análise documental. Essa apreensão se faz necessária para entender como o PTR’s se estabelecem em diversos países no mesmo cenário (a saber, no neoliberalismo), pois

[...] é importante indicar que é a partir desse cenário que se prolifera na região a implantação de PTRC, cujo objetivo nos discursos de Chefes de Estado e de seus executivos e formuladores de políticas sociais, são o de *erradicação da pobreza*. No entanto, por detrás desse discurso é plenamente possível a percepção de que esses Programas são resultados de imposições dadas por restrições de natureza interna e externa. As internas estão no alinhamento de gastos público estatal em razão da redefinição do papel do Estado e da governança macroeconômica exigida pelo ajuste estrutural, e as externas estão materializadas nos compromissos firmados pelos Chefes de Estado tanto na I Cúpula das Américas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado no ano de 1994 em Miami, quanto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de setembro de 2000. (Lima *et. al*, p. 54, 2014).

A pesquisa documental foi realizada a partir de uma análise de algumas das principais indicações de órgãos internacionais multilaterais, tendo como pressuposto a leitura de relatórios que possuem como tema a transferência monetária por meio dos PTR’s. Focamos no Banco Mundial (BM)⁹ nos relatórios: *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990: A pobreza* (Banco Mundial, 1990); *Aumentando a resiliência dos trabalhadores de baixa renda no Brasil*:

⁸ A apreensão dessa categoria é feita a partir das contribuições teóricas de Kurz (2015). Nessa análise teórica, a crise estrutural se apresenta enquanto crise das categorias da sociedade moderna. Ou seja, a forma tautológica de produzir mais-valor faz com que exista uma crise histórica da valorização do capital a partir da terceira revolução técnico-científica, em que o capital constante passa a se sobrepor ao capital variável.

⁹ A escolha referente ao BM se justifica pelo fato de partimos do mesmo pressuposto que a Marins (2017, p. 89) que entende que este órgão multilateral “ocupa um lugar central não apenas na produção de metodologias de identificação e avaliação da pobreza, mas, principalmente, pelo papel que desempenha e a influencia que exerce sobre os Estados nacionais, como formulador do que seja o ‘desenvolvimento social’.”

Instrumentos financeiros e inovações (Banco Mundial, 2021) e o *Proteção Social para o Brasil do futuro: enfrentar mudanças com inclusão e resiliência* do Banco Mundial (2022). Essa delimitação de dados a serem analisados não visa abarcar todos os relatórios que têm no seu cerne as prerrogativas para que países adiram aos PTR's, mas, centra-se na etapa em que esses programas passam a ter papel substancial para o capitalismo e o que consiste nesses relatórios como indicação e condição (metas) ao que cada país deve fazer para implementar e reproduzir a transferência monetária para os “empreendedores de si mesmo nas ruínas”. Vale destacar que, considerando a abrangência dos PTRs, os relatórios citados, resultantes de análises de um dos principais representantes econômicos e ideopolítico do capital – o Banco Mundial – nos permite apreender parte de como o receituário neoliberal se expressa na direção das orientações de implementação daqueles programas, a despeito de eventuais particularidades regionais, como o caso do Brasil.

Ademais, a partir da metodologia aqui apresentada, o objeto terá como recorte contextual a característica estrutural da sociedade produtora de mercadorias, a partir da mudança na composição orgânica do capital na década de 70, do século XX e o lugar dos Programas de Transferência de Renda (PTRs) nesse processo. Assim sendo, como os PTRs foram incorporados, qual sua necessidade histórica bem como sua expansão em dado momento histórico no capitalismo. Os apontamentos teóricos a partir da revisão bibliográfica serão imprescindíveis para análise das produções a respeito do tema e as possíveis leituras que possam serem feitas do objeto que será pesquisado na monografia. No que tange a pesquisa e análise documental será, também, de suma importância teórica visando uma crítica imanente desses programas, para que assim seja apreendido o porquê desse programa se estabelecer em dado período histórico que tem como traço principal reformas de políticas públicas e o desgaste das proteções sociais outrora vigentes.

A monografia se estrutura em dois capítulos, cada um contendo, respectivamente, quatro subcapítulos. No primeiro, busca-se apreender a crise do capitalismo tardio, cujo objetivo é perceber que a mesma se encontra em todas as esferas dessa forma social, já que está, por meio do valor, abrange a totalidade das relações sociais. Desse modo, existe uma crise do capitalismo para além da dimensão econômica como será apresentado, por exemplo, abrangendo a subjetividade dos sujeitos. No que diz respeito ao segundo capítulo, esboça-se um estudo sistemático dos PTRs, a partir de uma abordagem exploratória, que busca tomar desde suas condições de emergência, estrutura, principais características e respectivos impactos sob a égide neoliberalismo. Isto é, busca-se apreender o processo mistificador na transferência monetária feita por tais programas.

2 CAPÍTULO I: NAS RUÍNAS DA CRISE: UMA APREENSÃO DA CRISE DO CAPITALISMO E SEUS IMPACTOS

Neste primeiro capítulo da monografia, será apresentado o pressuposto para a existência dos Programas de Transferência de Renda. Desse modo, apresentamos a ideia da crise estrutural enquanto produto da própria forma de progresso do sistema capitalista. Essa apreensão deste problema tem por base demarcar que nada escapa a esta crise estrutural fundamental, ao passo que são alteradas algumas bases estruturais da relação social, ou até mesmo ocorre substituição por outras formas, ou a diluição de pressupostos estruturantes que antecederam a década de 70 do século XX.

Isto posto, o capítulo está desenvolvido em quatro subcapítulos. No primeiro, buscamos apreender como a crise se apresenta na sociedade produtora de mercadorias, desde o que se entende por crise nessa forma social mediatizada pelo valor, como a aparição das mesmas antes de 1970. No segundo momento nos atentamos para o que seria a crise estrutural, com a substituição de parte significativa da inserção de força de trabalho pela cientifização. No terceiro, apresentamos o sujeito que é formado a partir da mudança estrutural ocorrida nas bases do capitalismo tardio. No quarto e último subcapítulo apresentamos a corrosão dos sistemas de proteção social, a partir do qual este se volta diretamente para a necessidade dos Programas de Transferência de Renda.

2.1 Crise: capitalismo em ruínas

Em um de seus escritos mais conhecidos, *A metamorfose*, Franz Kafka (1997, p.7) demonstra como o personagem Gregor Samsa acorda "metamorfoseado num inseto monstruoso". Gregor Samsa, depara-se em um momento de bifurcação: é preciso voltar a ser quem era, afinal precisava trabalhar, já que era o responsável pela manutenção da vida dos seus familiares. Ao mesmo tempo, ele é um inseto. No decorrer da narrativa, percebe-se a *crise* que o acometeu, fará com que ele não retorne ao trabalho e permanece um sujeito metamorfoseado que passa seus dias observando a vida enquanto tal: um supérfluo. Dessa forma, o personagem

kafkiano não deve ser entendido como uma metáfora para a crise, mas como uma fonte crítica da realidade da sociedade moderna¹⁰.

A sociedade burguesa é composta pela inerência das crises, tendo em vista que a crise não ocorre de forma ocasional, mas faz parte da lógica do sistema capitalista. Grespan (2020) demonstra a ruptura do uso do conceito "crise", que aparece inicialmente numa relação conceitual cristã no Juízo Final; na Renascença o conceito segue com seu caráter médico. É nesse sentido, médico, que o conceito determina um ponto de mudança, no que tange a linguagem médica: determina se o paciente, em crise, vai ter a cura ou chegará à morte.

Seguindo a linha histórica apresentada pelo autor, nos é demonstrando como o conceito de crise do século XV a XVIII possuía um sentido imanente político, enquanto no século XIX e no século XX assume, majoritariamente, um sentido econômico e que a partir dessa quadra histórica, o conceito ganha fôlego e se expande. Isto posto, esse termo começa a ter centralidade nas leituras que os marxistas fazem da obra marxiana.

Desse modo, ainda que Marx – pelo fato de ter redigido e publicado de forma completa somente o tomo I de O Capital – não tenha escrito nada diretamente e estritamente sobre a crise, durante toda sua obra madura são deixadas pistas sobre a crise e no decorrer o conceito assume novas particularidades levando em conta a forma de exposição assumida pelo autor. É a partir desses momentos dispersos que as explicações a respeito da crise pelos marxistas se constroem:

Alguns atribuíram a crise ao “caráter anárquico” da produção capitalista, como se fosse mera coincidência que os diversos ramos da divisão social do trabalho pudessem atender suas necessidades recíprocas de matérias-primas e equipamentos. Outros autores entenderam que o caráter crônico da crise daria a ela a forma de um colapso final inevitável. Outros, ainda, derivaram do jogo de tendências e contratendências, descrito no Livro III de O capital, uma teoria dos ciclos econômicos, nos quais as crises representariam um momento positivo de rearticulação para iniciar nova fase de crescimento econômico. (Grespan, 2020, p. 9).

Baseado no pressuposto da historiografia apresentado de forma breve anteriormente, tomando por base as mudanças de apreensão da noção de "crise" e observando a articulação histórica da sociedade capitalista com as crises, se faz necessário delimitar a crise no sistema capitalista, isto porque será de suma importância como esse processo ocorre enquanto constituinte do capitalismo para que possamos apreender o objeto que aqui buscamos analisar. Em outros termos, a crise desempenha um papel central na elaboração dessa pesquisa, e para

¹⁰ É necessário salientar que Kafka foi um autor do século XIX e que aqui não buscamos transpor nada do seu tempo histórico para o atual, mas antes, apreender o fato crítico que se apresenta em sua obra.

tal necessita-se fazer uma leitura da mesma a partir de Marx (1985; 2011), demarcando como as crises econômicas são parte integrante do modo de produção capitalista a partir da submissão da forma social pelo valor.

É a partir dessa análise, que podemos apreender as múltiplas crises que decorrem desde a existência da sociedade burguesa e que seu desenvolvimento está intimamente interligado com a “prosperidade” e depressão, ao passo que existe algo de novo nas crises. Um traço central seria, segundo Netto e Braz (2006, p. 158), seria a superprodução de valores de uso, o que denota que não há falta das mercadorias, mas uma produção que não consegue ser comprada. Esse movimento encontra uma barreira, a saber o poder de compra dos indivíduos, fazendo com que, em forma de cascata, as mercadorias não percorram o processo de tornar-se lucro para os capitalistas.

Nesse interim, a crise estabelece uma ruptura no modo de produção de mercadorias e valor de troca, pois para sua manutenção são necessários processos para que a mercadoria se estabeleça enquanto que, desde seu valor de uso, seja necessariamente – na sociedade burguesa – produzido para *outrem*, mas que essa mediação ocorra pelo valor de troca. No entanto, para que essas mercadorias se reduzam umas às outras nessa permutabilidade, é necessário que exista algo em comum, e o que há em comum em todas as mercadorias é o tempo de trabalho humano mediado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Considerando o caráter bipolar, que é oriundo do caráter bipartido (trabalho concreto e trabalho abstrato), o trabalho concreto é responsável por criar uma riqueza material, valores de uso. Já o trabalho abstrato, tem como manifestação o dispêndio de energia, que cria valor.

Além disso, o mais-valor resulta do processo de produção do movimento que é retroalimentado tautologicamente pela mobilização de produção do valor que se valoriza. O(a) trabalhador(a) vende sua mercadoria, a força de trabalho, para o capitalista. Esta mercadoria é paga com o salário, cujo seu valor de uso é produzir valor. Nesse processo, o valor pago é menor que o valor produzido pela força de trabalho que foi paga (pelo salário). Esse valor produzido pela força de trabalho não pago é o mais-valor. Em síntese, quando a produção de mercadoria não percorre por esses processos de acumulação, desencadeia a crise. É a partir da centralidade dessas categorias, que estão interligadas ao processo produtivo, que quando ocorre uma crise econômica desestabiliza todo esse processo e coaduna em manifestações na vida produzida por essa forma social.

Somado a isso, Netto e Braz (2006) demarcam o ciclo econômico que ocorre em momentos de crise, que são divididos em quatro estágios: I) a **crise** que é o momento em que o capital não se valoriza, gerando desemprego e consequentemente uma baixa na compra de

mercadorias. II) a **depressão** que é o momento em que a produção permanece diminuída e o desemprego presente. III) a **retomada** que diz respeito as empresas que passaram pelo processo de crise e depressão expandem-se introjetando partes das outras empresas que faliram. IV) o **auge** que como papel central tem a concorrência em que as empresas precisam expandir a produção de mercadorias, conseqüentemente criam-se novos postos de trabalho.

Ainda que, de acordo com Netto e Braz (2006), as crises possuam inúmeros mecanismos para que a mesma ocorra, isto é, ainda que se tenha um ciclo desde seu acontecimento inicial até seu estágio final sua casualidade não é única e estanque. Somado a isso, após sua superação apresenta-se suas determinações. Anteriormente, elencamos os estágios da crise e em seus dois últimos os capitalistas passam a incorporar instalações, máquinas e outros componentes de fábricas que acabaram falindo no decorrer da crise econômica. Neste ínterim, os capitalistas que modernizaram as formas de produzir mercadorias, passaram a levar menos tempo para produção, usufruindo de uma das conseqüências da crise para sua própria superação, pois “as crises, expressando a contrariedade inerente ao MPC, são elas mesmas contraditórias: *de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge*, isto é, para um novo ciclo”. (Netto e Braz, 2006 p.162, grifos do autor).

No que pese as contribuições de Netto e Braz (2006) e a pertinência da reflexão profícua para o objeto aqui pesquisado, se faz necessário apresentarmos a leitura da crise - enquanto teoria da crise - que implica considerar os escombros produzidos pelo capitalismo. De antemão, a teoria da crise é central para a Crítica do valor-dissociação, pois seu entendimento tem como um dos pressupostos o aspecto estrutural, isto é: ela está nos poros dessa sociedade sistêmica, nessa relação social mediatizada por coisas. Essa crise é apreendida como uma crise que gera escombros, em que as contradições se manifestam na economia, subjetividade, colapso ambiental, política, democracia etc. Somado a isso, a crise que leva as ruínas não é um processo instantâneo, mas decorre do que sobra de um corpo putrefato, a substância do capital acaba sofrendo abalos no decorrer dos anos:

No período de 1960-1973 a Alemanha apresentou uma taxa de desemprego de 0,8 %, no período de 1974-1982 o índice era de 3,54%. A França apresentava, no período de 1960-1973, um índice de 1 %, já no período que se abre com o choque do petróleo até 1982 o índice salta para 5,47 %. A Inglaterra, para os mesmos períodos, apresentará, respectivamente, 2,4 % e 5,29 %. Os EUA, que sempre apresentaram uma taxa de desemprego mais elevada do que a maior parte centrais, dos países para o período de 1960-1973 possuía 4,8 % de sua população economicamente ativa desempregada, já entre 1974-1982 são 7,22%. Em termos gerais, enquanto os Estados Unidos durante a década de 1960 apresentaram taxas de desemprego em torno de 4 e 5 %, a Europa

apresentou índices gerais em torno de 2 %. Já no início da década de 1980 tanto norte-americanos quanto europeus vão enfrentar taxas de desempregos que ultrapassam 8 pontos percentuais da população ativa. Contudo, por mais drásticos que tenham sido os saltos, se visualizarmos os períodos posteriores, uma ou duas décadas após o choque, notaremos a permanência, evolução ou um novo salto à frente do desemprego em diversos países. (Botelho, 2009, p. 88).

Um ponto de partida essencial para estabelecer essa teoria da crise é que, a partir de 1970, ocorre com a terceira revolução industrial (técnico-científica) na sociedade burguesa, um salto mortal para a revolução dos modos de produção e do trabalho. É por meio dessa quadra histórica e suas imbricações que iremos atentar, no próximo tópico, a especificidade da crise estrutural a partir da teoria da crise.

2.2 1970: Salto mortal do modo de produção e a crise estrutural

O que procuramos aqui não é historicizar a crise estrutural que se estabelece a partir da década de 70 do século XX, ainda que não seja possível dissociar esse momento da história. Mas, o que nos interessou é o que essa crise produz enquanto um sintoma deletério engendrado por seu pressuposto de produzir valor e mais-valor. É a partir desse apontamento que iremos percorrer até que se chegue, posteriormente, ao Programa de Transferência de Renda buscando entender as suas particularidades em contexto de dissolução das estruturas de sociabilidade, sob a vigência do modo de produção capitalista.

Desse modo, é a partir desse pontapé inicial que precisamos delimitar quais as prerrogativas postas pela crise estrutural. Mészáros (2011) demonstra quatro novidades desencadeadas nessa quadra histórica. Em primeiro lugar, a crise estrutural não se restringe a um aspecto específico da sociedade capitalista (por exemplo: somente na economia), mas se alastra em todas suas esferas (por exemplo, como veremos no capítulo II, a subjetividade também entra em crise). Em segundo, não se limita por país, mas passa a constituir a formação de todos os países. Em terceiro, às crises que a antecedem desempenhavam um papel cíclico, no entanto, nessa quadra histórica torna-se permanente¹¹. Em quarto, encontra-se de forma

¹¹ Aqui percebemos uma novidade que aponta uma leitura que se difere da produzida por Braz e Netto (2006). De todo modo, os dois autores citados foram utilizados para entendermos as crises que antecederam a crise estrutural fundamental.

latente e se apresenta de forma *rastejante*. Ao nos debruçarmos sobre as primeiras consequências da crise estrutural, retomaremos essas determinações a fim de indicar como elas se constituem enquanto base sócio-material para a emergência em larga escala dos chamados “Programas de Transferência de Renda”, sob os influxos do projeto neoliberal.

Ao mesmo tempo, a crise estrutural se apresenta a partir das contradições no autodesenvolvimento do capital. Desse modo, Mészáros (2011) chama atenção sobre o “deslocamento de contradições” que desempenha uma espécie de alavanca para a tentativa de superação das crises. Isto é, a produção, o consumo e a circulação podem, qualquer um deles, ser o pressuposto de uma crise, mas ao mesmo tempo pode ser uma ferramenta para superação da crise. No entanto, na crise estrutural e em suas especificidades enquanto que, segundo o autor, os interesses passam a convergir entre si, desencadeando uma bola de neve, não resolvendo as contradições que são constituintes desse sistema.

Seguindo as imbricações da análise de Mészáros (2011) a respeito da crise estrutural, o autor, mais especificamente nos tópicos 18.2.4 e 18.2.5 do livro *Para além do capital*, demonstra as nuances específicas da crise de 1929 à 1933. Esta demonstração visa salientar a diferença entre a crise estrutural e a crise de 1929-33, sendo esta última uma crise de crescimento. É um ganho importante, pois a partir das “potencialidades” geradas na *grande depressão*, como por exemplo o pleno emprego e novos mercados, isso não pode ocorrer na crise estrutural que sofre de problemas em seus fundamentos. Os remédios usados outrora já não surtem efeito. É a partir dessa especificidade da crise estrutural que precisamos apreender seu desdobramento em uma forma social que desmorona.

Dessa forma, é de suma importância lembrarmos que entre 1965 a 1975 emergiu a acumulação fordista, desencadeando o chamado “milagre” que eram produzidos em massa determinados bens de consumo, como por exemplo automóveis e produtos eletrônicos. O que estava no centro de produzir o mais-valor era a capacidade de reter uma massa de trabalho vivo nas fábricas e a expansão da produção e venda das mercadorias. É a partir do desencadeamento das novas formas de produção fordista, segundo Kurz (2017), que esse desdobramento se coloca a partir da concorrência entre os capitalistas que, necessariamente, precisam produzir mercadorias visando o mais-valor. Posteriormente, com a crise de 1970, desdobra-se uma participação cada vez maior da cientificação na produção de mercadorias, desse modo – tendo a concorrência um papel central nesse processo – o trabalho vivo começa a ser substituído por trabalho morto:

[...] quando um capital individual racionaliza, ele expulsa força de trabalho, produz mais produtos com menos trabalho vivo e, portanto, reduz os seus ‘custos’ gerais e por produto, sua lucratividade aumenta e, assim, sem o querer e sem o saber, mas, inevitavelmente, contribui para uma erosão ainda mais acelerada da produção mundial de mais-valia, que aparece na superfície da sociedade em escala global como uma acelerada destruição do capital (entre os ‘perdedores’) e como aumento do desemprego, ‘crise do Estado-social’ etc. (Kurz, 2017, p. 93)

Uma outra leitura, ainda que se diferencie do Mészáros (2011), que nos ajuda a pensar a crise estrutural é a teoria da crise¹² a qual citamos a partir de Kurz (2017) no parágrafo anterior. Essa análise teórica nos permite pensar os desdobramentos a partir de 1970, em que ocorre a terceira revolução industrial (técnico-científica) na sociedade burguesa, um salto mortal para a revolução dos modos de produção. A partir desse momento, a mão de obra humana é substituída pelas consequências da combinação da tecnologia e da ciência em que as mercadorias passam a conter uma massa cada vez menor de mais-valor. Uma parte considerável da população não consegue ser incorporada ao circuito mercadológico por meio da venda de sua força de trabalho. Essa contradição posta pela própria forma tautológica do capitalismo não condiciona outra forma de gerar mais-valor, ao passo que a mesma é posta pelo desenvolvimento da lógica do valor.

Algumas pistas sobre a substituição do trabalho vivo pela maquinaria se encontram nos Grundrisse (Marx, 2011), estas pistas, pelo seu tempo histórico, são de suma importância para pensarmos o presente. Por isso, o que Marx (2011) propõe pensar é a existência de uma tensão crescente entre a base do modo de produção capitalista e os resultados do seu próprio desenvolvimento histórico. Isto é, o que o autor aponta é uma finalidade da sociedade produtora de mercadorias, no seu processo histórico, em produzir tendências a obsolescência do trabalho, ao passo que

O seu pressuposto é e continua sendo a massa de tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva passa a depender menos do trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Marx, 2011, p. 587 - 588).

¹² Essa perspectiva advém duma leitura possível de Marx feita na Alemanha, que é conhecida como teoria crítica do valor-dissociação. Nesta perspectiva, a crise é um sintoma do limite interno, lógico, do capitalismo. Para uma apreensão dessa teoria, vide: *As aventuras da mercadoria*, de Anselm Jappe (2006).

Desta forma, o que está posto é uma manifestação de um problema que não se apresentava no fordismo, cuja base do modo de produção capitalista e os resultados do seu próprio desenvolvimento histórico com a substituição de trabalho vivo pela maquinaria, bem como capital variável em capital constante acaba estabelecendo, ele próprio, uma barreira em sua reprodução social. A contradição capital e trabalho – que se apresentou em um contexto histórico específico – chega ao seu limite, o trabalhador acaba sendo desempregado pela produtividade, a concorrência passa a estabelecer seus meios a partir da cientificidade, e por isso “[...] põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida ou morte – do necessário.” (Marx, 2011, p. 589). Nessa chave de leitura, o que está posto é a autocontradição inerente ao capitalismo. Essas colocações até agora, com o que proponho pensar, acabam sendo processos distintos, que, no entanto, coincidem. Obviamente, a partir da teoria da crise, o desemprego não é a única problemática para o processo de valorização do valor, também é importante considerar que parte da força de trabalho é deslocada para setores improdutivos do ponto de vista do capital.

A crise estrutural desatina em inúmeros pontos da sociabilidade. Por exemplo, no colapso ambiental e ecológico. A produção desenfreada de valores de uso, tensionada pela concorrência, para produção de mercadorias reafirma o limite lógico dessa forma social mediatizada por mercadorias. Esse imperativo não desempenha um papel para responder as demandas dos sujeitos, ao contrário, tem em seu cerne a produção de valor e mais-valor, por meio de mercadorias e consequentemente o lucro. Nesse processo, o que acaba sendo destruído são os recursos naturais, estando posto, dessa forma, que

[...] A contradição entre o conteúdo material e a forma valor conduz à destruição do primeiro. Esta contradição torna-se particularmente visível na crise ecológica e apresenta-se então como um «produtivismo», como produção tautológica de bens de uso - produção essa que, contudo, mais não é do que a consequência da transformação tautológica do trabalho abstracto em dinheiro. (Jappe, 2006, p. 137)

Outro processo central desembocado a partir da crise estrutural são os *sujeitos monetários sem dinheiro*. Adorno (2020), proferiu uma palestra em 1967 na Universidade de Viena, em que explana como pensar o novo radicalismo de direita, bem como a existência de um vínculo estrito entre fascismo e capitalismo. É a partir disso que o autor nos proporciona algumas pistas significativas da massa de trabalhadores e seu papel desempenhado no momento

histórico em que palestrava, isto é, já em 1967 o autor já chamava atenção para um problema que posteriormente seria central na sociedade burguesa. A partir disso, percebemos uma significativa mudança no “mundo do trabalho”, em que cada vez mais existem pessoas sem emprego, ao passo que na sociedade produtora de mercadorias todos os indivíduos precisam, necessariamente, do trabalho para sua reprodução¹³. Com a substituição do trabalho vivo pela produção tecnológica, os *sujeitos do trabalho sem trabalho*, tornam-se supérfluos.

[...] apesar do pleno emprego e apesar desses sintomas de prosperidade, o fantasma do desemprego tecnológico // continua a rondar de tal modo que, na era da automatização – que ainda está atrasada na Europa Central, mas que sem dúvida recuperará o atraso –, também as pessoas que estão no processo da produção sentem-se já como potencialmente supérfluas. (Adorno, 2020, p. 46-47)

Dessa forma, dado os condicionantes apresentados a partir da lente da teoria da crise, desdobra-se que a contradição entre capital e trabalho não pode ser entendida no atual tempo histórico como foi entendida até o fim do século XIX. A contradição, que tem uma historicidade no capitalismo, não pode ser pensada nos termos clássicos, tendo em vista o neoliberalismo, somado a isso a centralidade do capital fictício cuja finalidade é o capital se autorreproduzir D-D¹⁴. É, portanto, nessa quadra histórica que a tensão entre capital-trabalho se agudiza. Essa fuga para frente do capitalismo dissolve a sua própria substância da produção de valor e mais-valor: o trabalho. É a partir da precarização, terceirização e dos supérfluos que precisamos pensar quem são os pacientes da crise estrutural que é forjada a partir de 1970, e por meio disso rastrear quais as tentativas e rupturas dos medicamentos para os sujeitos em crise.

Com esse processo são geradas novas formas de relações sociais. As novidades produzidas pela crise estrutural fundamental requerem uma atualização das categorias analíticas. Nessa tentativa de apreender o nosso tempo, no próximo tópico, buscaremos saber como os sujeitos, que estão inseridos em mais uma expressão da crise estrutural, a saber no “desemprego crônico” (Mészáros, 2011), se apresentam nessa quadra histórica. Então, quem são e como são produzidos esses sujeitos dos escombros? Tentaremos apreender esses questionamentos a seguir.

¹³ “O trabalho no capitalismo é diretamente social porque age como uma atividade de mediação social” (Postone, 2015, p. 67).

¹⁴ O capital fictício, como mostrado no esquema, é a passagem do dinheiro em mais dinheiro, sem que este passe pelo processo de extração de mais-valor.

2.3 Pacientes na crise estrutural, quem são?

Com as mudanças radicais que a forma tautológica de produzir mais-valor impõe durante o desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias, consubstanciam, também, alterações em todas as esferas que são produto dessa forma social. Desse modo, a forma como os sujeitos se relaciona com o trabalho se alteram a partir de 1970, uma mutação em que cada vez mais o próprio capitalismo expulsa sua substância (trabalho). Ao mesmo tempo, esse livrar-se não altera a centralidade do trabalho na produção de mais-valor, o que nos remete a mais uma de suas contradições em processo, isto é, ao passo que uma “massa de supérfluos” é gerada, o trabalho humano continua sendo o único caminho para produção de mais-valor.

Esse processo do capitalismo maduro desencadeia mudanças centrais no chamado “mundo do trabalho”, como é o caso da expansão dos trabalhos precários e terceirizados, além da “massa de sobrantes” (Menegat, 2007). No caso do Brasil, segundo o IBGE¹⁵, no primeiro trimestre do ano de 2023, a taxa de desemprego cresceu 8,8% em relação ao trimestre anterior. Nesta mesma pesquisa é apresentado um dado referente ao quantitativo de, como é chamado, “desocupados”¹⁶ a procura de trabalho que são cerca de 9,4 milhões de pessoas. Desse modo, ser um sujeito supérfluo, como bem pontua Kurz (2010), diz respeito ao fato de não serem reconhecidos como humanos. Isto se dá justamente pela forma tautológica do valor, é uma massa *cronicamente inviável*, e, portanto, um dano colateral necessário para o capitalismo tardio, pois o desemprego passa a ser crônico.

Seguindo os dados do IBGE (2023)¹⁷ no segundo trimestre de 2023 o Brasil possuía 174.607 mil pessoas em idade de trabalhar, destas 107.557 mil pessoas estão na “força de trabalho”. Essa categoria elaborada pelo IBGE diz respeito a quantidade de pessoas, acima de 14 anos, que podem trabalhar, isto é, desde as pessoas empregadas as que estão desempregadas.

¹⁵ Para checar os dados aqui apresentados, ver: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-com-taxa-de-8-8-desemprego-cresce-no-primeiro-trimestre-de-2023#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20encerrou,2015%20\(8%2C0%25\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-com-taxa-de-8-8-desemprego-cresce-no-primeiro-trimestre-de-2023#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20encerrou,2015%20(8%2C0%25).>) > Acesso em: 12 Ago. 2023

¹⁶ “São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência” (IBGE, 2022, sem paginação).

¹⁷ Para acesso dos dados, ver: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> > acesso em: 10 Set. 2023

Enquanto 67.051 mil pessoas estão “fora da força de trabalho”, sendo estas pessoas não ocupadas e nem desocupadas. Somado a isso, têm-se 98.910 mil pessoas ocupadas, sendo que 49.883 mil pessoas estão empregadas no setor privado e desse quantitativo 36.773 mil pessoas estão empregadas de carteira assinada. Outro dado para que possamos dimensionar quem são os pacientes da crise estrutural é o fato de 38.734 mil pessoas estarem ocupadas informalmente.

Mas não podemos pensar essas alterações sem fazer algumas pontuações históricas. Já que falamos de pacientes na crise estrutural, é preciso saber como nasce um sujeito psicológico na sociedade capitalista. Max Weber (2004) apreende esse movimento no livro *A ética protestante e o “espírito do capitalismo”*, tomando por base uma introdução do capitalismo como forma de vida, tanto objetivo (instituições) como subjetivo (psicológica, individual etc.), advindo desse movimento um processo de imposição do trabalho e, conseqüentemente, um processo de imposição subjetiva do trabalho. Assim o que estava em jogo aqui (fim do século XIX e começo do século XX) eram os valores morais, a profissão como dever, uma entrega do ator ao trabalho.

O calvinismo – emergência de um sujeito psicológico – aparece justamente como uma força subjetiva, num contexto em que você trabalhar¹⁸ não é só uma atividade vazia e sem significado em troca de um salário, mas que toca diretamente em um dever virtuoso, virtude essa que pode levar a salvação. O trabalho, então, é tido como o salvador: a partir do trabalho se enriquece, e isso, para o calvinismo, não denota um sinal de usura, mas uma obra divina. Nesse contexto, o calvinismo aparece para suprir a necessidade de fazer sentido e conformar um bom contingente da população para ditadura do trabalho. Ao passo que esse sujeito do capitalismo desempenha uma dupla dimensão: por um lado é sujeito da ação, pois é ele quem faz e quem pensa. Por outro lado, ele é sujeito no sentido de estar sujeitado a ordem capitalista.

É a partir dessas pontuações, que podemos observar que o capitalismo cria para si seu sujeito com a finalidade de produzir mercadorias pois é necessário formar um sujeito padronizado para atingir sua finalidade. Entretanto, nessa produção de um sujeito, existem alterações que são definidas pelo capitalismo. Com a crise estrutural, a produção do sujeito ganha novos contornos e é justamente nesse ponto que podemos observar que são os pacientes da crise estrutural. Parafraseando Dardot e Laval (2016), a “jaula de aço”¹⁹ da economia capitalista, que falava Weber, ganha um novo contorno no neoliberalismo: ela é forjada pelos

¹⁸ Esse contexto se refere, sobretudo, a revolução industrial.

¹⁹ Uma boa leitura a respeito dessa categoria analítica se encontra em Michael Löwy (2014).

próprios sujeitos, ao passo que uma grade é fundida a outra, eles se aprisionam, pois, sua construção é feita a partir do interior da “jaula de aço”.

Dardot e Laval (2016), em seu livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, constroem uma leitura do neoliberalismo como forma de governabilidade da sociedade, uma tecnologia de governo, uma forma de subjetivação. É, pois, a partir da elaboração dos autores que é possível apreender que atividades não mercantis se tornam mercantis, que o Estado passa a operar pela lógica do mercado, isto é, ocorre uma expansão e fortalecimento da lógica de mercado fora da lógica mercantil. Mas, no que se refere aos pacientes aqui problematizados, os autores propõem pensar num *sujeito neoliberal*. Este sujeito é um *sujeito flexível*, um *sujeito econômico*, ele é flexível porque necessariamente precisa se colocar em situações adversas para ser um empreendedor de si, pois

[...]a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes. (Dardot; Laval, 2016, p. 328).

Esse sujeito do neoliberalismo possui traços específicos, mas que só se torna possível pela crise estrutural do capitalismo, pois a *forma sujeito* – do espírito que falava Weber – passa a não desempenhar a sua funcionalidade de outrora. Dito de outra forma, a criação de subjetivação em um momento específico do capitalismo (na revolução industrial) entra, também, em crise, a própria *forma sujeito* desmorona em ruínas, em que o sujeito neoliberal passa a desempenhar uma fuga para frente do capitalismo. Desse modo, os indivíduos são atravessados por uma lógica narcísica²⁰, oriunda a um princípio estrutural da crise do capital, pois essa crise estrutural do capital é privatizada e confinada à dimensão do eu empreendedor de si mesmo.

O sujeito do desempenho da modernidade tardia não se submete a nenhum trabalho compulsório. Suas máximas não são obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade e boa vontade. Do trabalho, espera acima de tudo alcançar o prazer. Tampouco se trata de seguir o chamado de um outro. Ao contrário, ele ouve a si mesmo. Deve ser empreendedor de si mesmo. Assim, ele se desvincula da negatividade das ordens do outro. Mas essa liberdade do

²⁰ Cria-se um sujeito fetichista-narcísico que “Age exatamente como faz, ou queira fazer, com os humanos que se furtam ao seu poder e goram as suas expectativas, quer seja o parceiro amoroso ou um inferior hierárquico no trabalho (é sabido que é nos diversos níveis da gestão de empresas que se encontram, por excelência, <> sondagens empíricas chegaram mesmo a demonstrar que entre os dirigentes de empresas a percentagem de narcísicos é muito elevada. Segundo parece, ser perverso narcísico ajuda muito a fazer carreira. (Jappe, 2019, p. 172).

outro não só lhe proporciona emancipação e libertação. A dialética misteriosa da liberdade transfora essa liberdade em novas coações. (Han, 2017, p. 83)

Para que possamos, então, visualizar esse *sujeito do desempenho*, basta nos remeter ao filme do Ken Loach (2018) *Você não estava aqui*. Primeiramente, é preciso salientar que o filme é feito no centro do capitalismo, o que denota de antemão a crise estrutural do capitalismo a que nenhum país escapa. Dito isso, o filme apresenta uma família que logo após a crise de 2008 sofre problemas financeiros para a reprodução de suas vidas. Ricky, que desempenha a função de pai e marido na família, um ex-operário que perdeu seu emprego e, então, passa a trabalhar com entregas por meio de plataforma se vê obrigado a comprar um transporte para empreender, enquanto sua esposa trabalha como cuidadora de idosos e idosas. No decorrer do filme, o personagem principal convive com as alterações do trabalho que advém da crise estrutural do capitalismo.

Em um dado momento, por exemplo, um outro empresário de si-mesmo que trabalha com Ricky salienta que seria necessário carregar um vaso para que pudesse urinar, pois as entregas não poderiam atrasar. Somado a esse processo desgastante fisicamente, em outro momento do filme ele precisa levar a filha consigo para as entregas. A produção cinematográfica chega a nos remeter um documentário, já que esses sujeitos acabam sendo presente na vida de todos e todas. A “cereja do bolo” se encontra no final do filme: não existe final para o sujeito empreendedor de si mesmo, por isso o protagonista que está ferido vai até seu carro e num ato que deixa visível a desintegração de laços sociais ele ameaça atropelar a esposa pois ele precisa empreender a si mesmo.

É, desse modo que podemos observar a destrutividade de uma vida construída pela lógica do valor. Esse processo de desintegração faz com que os sujeitos se tornem supérfluos, pois as “pessoas se tornam supérfluas para a valorização do capital” (Scholz, 2020, s.p.). É só nesse momento, em que o capital constante se sobressai em relação do capital variável²¹ e, conseqüentemente, observamos “massas sobrantes” (Menegat, 2019). Marx (2017) faz alguns apontamentos a respeito da lógica inerente a reprodução do capital

[...] essa diminuição relativa do seu componente variável, acelerada pelo crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. **A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua**

²¹ Para uma leitura desse movimento vide Marx (2017) no capítulo 23 do O capital, mais especificamente o tópico 2: *Diminuição relativa da parte variável do capital à medida que avançam a acumulação e concentração que a acompanha.*

energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Marx, 2017, p. 705, grifos nosso.)

Em outro escrito de Marx (2011), aparece novamente a terminologia *supérfluo*, como um processo histórico e lógico do desenvolvimento do capitalismo, que acaba coadunando em massas expelidas do processo de reprodução social. Nesse trecho, especificamente, o autor faz sua elaboração tendo como centralidade a participação cada vez maior da maquinaria na produção de mercadorias

O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho do que atua autonomamente. **O trabalhador aparece como supérfluo desde que sua ação não seja condicionada pelas necessidades [do capital].** (Marx, 2011, p. 582, grifos nosso)

Se faz importante mencionar, não como uma nota, mas como um traço central do que chamamos aqui dos pacientes e das pacientes, o papel nessa quadra histórica que a mulher desempenha. Gonçalves (2019) estabelece uma leitura das mulheres que vivem na periferia – a autora nomeia como *mulheres dos escombros* – incontornável. Aqui se torna mais ainda interessante a menção porque são analisadas as mulheres negras e sua participação no maior Programa de Transferência de Renda (PTR) da América Latina: o Programa Bolsa Família (PBF). Ainda que aqui seja uma apreensão estrutural, não podemos falar de pacientes e sublimar as mulheres negras. Para tal, basta lembrarmos que são essas mulheres negras o maior público do PTR no Brasil, ao passo que historicamente o trabalho feito por elas passa a ser duplicado²².

Num dado mais próximo da temática que trabalhamos nesta pesquisa, podemos observar a participação das mulheres nessa quadra histórica, tendo como referência o Brasil. Somado a isso, trazer a mulher – e como veremos nos dados mais especificamente as mulheres negras – é central já que estamos observando, enquanto exemplo, um programa de transferência monetária no Brasil, o maior da América Latina que é o Programa Bolsa Família.

Desse modo, Lavinhas *et. al* (2012, p.34), para podermos demonstrar em dados, produzem uma pesquisa na “cidade do Recife (Estado de Pernambuco, Brasil), com representatividade para um universo de 121 mil famílias pobres, de modo a estimar os efeitos

²² “No período que imediatamente se sucedeu a abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. [...] Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares” (Gonzalez, 2020, p. 40)

da política de transferência de renda mais importante do governo brasileiro, o Programa Bolsa Família, sobre a autonomia feminina”. Visto a pesquisa empírica produzida pelas autoras, nos detemos aos dados referentes às mulheres negras, cujo objetivo é adensar um dos argumentos aqui apresentados.

Observa-se uma prevalência de mulheres no nosso universo de análise (55.7%), resultado de certa forma já esperado em função do desenho do Bolsa Família que institui a mãe a responsável pelo recebimento do benefício. Por outro lado, a distribuição por cor/raça da população que compõe as famílias cadastrais mostra que mais de 70% eram pardos ou pretos, os brancos somando 27% do universo, distribuição esta condizente com a caracterização da população pobre do país. (Lavinias *et. al*, 2012, p. 35)

Esses dados observados nos ajudam a apreender alguns traços históricos da formação social brasileira. Enquanto as mulheres brancas conseguiam postos de trabalho, eram as mulheres negras que ficaram com a manutenção da casa dessas mulheres brancas. A autora Lemos (2016), ao fazer reflexões sobre o conceito de feminismo negro em seu artigo, destaca que em um dos episódios numa reunião entre mulheres, as feministas brancas tratavam como pauta menor ou irrelevante o fato das mulheres negras exigirem mais creches próximo a região que moravam. Essa demanda, segundo Lemos (2016), surge justamente pelo fato de as mulheres negras serem trabalhadoras domésticas na casa dessas mulheres brancas, pois esse foi o espaço relegado a essas mulheres negras num país colonizado.

Ademais, o processo teórico desenvolvido por Gonçalves (2019) se contrapõe as leituras e apreensões feitas sobre esse programa possuir um caráter de progresso na vida dessas usuárias. O ganho na análise da autora é justamente esse: dar rosto às usuárias dessa política, afunilando e demonstrando as inúmeras contradições dessas mulheres negras na sociedade moderna. Para a autora (Gonçalves, 2019), a inserção dessas mulheres a partir da substância do valor (dinheiro) não foi suficiente para tratar as ponderações que são constituintes desde que essas mulheres negras nascem no Brasil. Dessa forma, a contradição capital-trabalho não dá conta da complexidade do debate de raça e gênero. Bem como a inserção por via mercadorias não respondem as diversas formas de opressão que essas mulheres racializadas sofrem diariamente.

Por exemplo, no livro “*Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*”, dos autores Rego e Pinzani (2014), busca-se demonstrar como as mulheres, por meio do Programa Bolsa Família e consequentemente a renda que se estabelece por via deste resultaria em uma maior autonomia das mulheres. No entanto, nas próprias entrevistas que constam no livro, podem ser observados relatos de mulheres que vivenciam o machismo e misoginia por meio de agressões feitas por seus maridos. Em uma das entrevistas, uma entrevistada ao ser perguntada

sobre a autonomia a partir do bolsa família responde “- Eu não sei, se o marido não fumasse, não bebesse...” (Rego; Pinzani, 2014, p. 104).

Em outra entrevista, podemos observar também como a feminilização da pobreza aparece por meio desse programa. Ao ser perguntada se gostava do fato de o cartão ser em seu nome ela responde que sim “[...] porque as mulheres sempre sabem fazer as coisas direitinho, viu. Os homens são mais...” (Rego e Pinzani, 2014, p. 120). E continua sua resposta ao ser perguntada sobre o quê mais, “[...] mais danados para às vezes comprar uma coisa mais cara” (Rego e Pinzani, 2014, p. 120). Somado a isso, relata que mesmo que aconteça agressão com a mulher, por parte dos maridos, na região que moram elas (mulheres) não se separam.

Esta suposta autonomia, por meio do dinheiro, mais reifica do que produz uma crítica, seja ela de gênero e/ou capitalista. Scott (1989) ao definir como entende a categoria gênero, divide em duas partes. A que nos interessa aqui, dado a limitação, é a segunda, “[...] o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (Scott, 1989, p. 21). É por fim, essa apreensão que nos interessa na autora, o dinheiro, que é uma categoria produzida na sociedade moderna não pode desempenhar o papel fundante da autonomia das mulheres, ao contrário, reproduz com novas particularidades do capitalismo das relações de poder que o gênero desempenha.

Dessa forma, iremos no próximo tópico observar o impacto do neoliberalismo como uma forma de gestão social e a fratura exposta pela crise dos mecanismos de proteção social. Pensaremos, então, na passagem de uma assistência que visava o trabalho, para um momento, posto pela crise estrutural, em que a assistência passa a ser uma assistência social aos supérfluos.

2.4 Crise dos mecanismos de proteção social

Neste tópico procuramos apresentar como a crise estrutural suplanta muitos dos mecanismos de proteção social que foram centrais num dado momento em que antecederam o neoliberalismo, este último enquanto fuga para frente. Dito de outra forma, o que conhecemos como “políticas sociais universais” na economia geral (detalharemos ainda melhor sobre nesse tópico) foram escanteadas para a imposição – essa imposição se dá pelo fato de o valor ser um

sujeito automático²³ – de políticas sociais focalizadas, mais especificamente com foco na pobreza. Desse modo, busca-se, inicialmente apresentar os mecanismos de proteção social e, logo após, lançar breves comentários de como o mesmo acaba sendo soterrado pelos escombros da crise estrutural do capitalismo.

Para uma demarcação inicial sobre o surgimento da proteção social se faz presente esboçar o fato desta “ter surgido Europa ocidental no contexto da Revolução Industrial e se ampliaram após a Segunda Guerra Mundial” (Boschetti, 2012, p. 755). Desse modo, levando em consideração a elaboração da autora, foi possível construir *conquistas civilizatórias*, que não tinham como pressuposto emancipar os indivíduos da sociedade produtora de mercadorias. É a partir deste invólucro que se instituem direitos e deveres que vão ter impacto significativo no “padrão de desigualdade entre as classes sociais ao longo do século XX” (Boschetti, 2012, p. 755).

Como salienta Boschetti (2012), a instauração de políticas sociais visando a implementação de sistemas de proteção social públicos é recente, tendo em vista que é construído a partir de 1929, com a crise que se engendra a partir desta quadra histórica que ficou conhecida como a Grande Depressão. Somado a isso, a proteção social não diz respeito a múltiplas políticas sociais e programas sociais, e, se assim for, como bem pontua a autora, esta não pode remeter a uma única política social como um sistema de proteção social. Contraditoriamente, como um exemplo do capitalismo maduro, podemos lembrar da centralidade que a política de Assistência Social passa a desempenhar a partir da crise estrutural do capitalismo, bem como a incidência dos PTR's enquanto uma ferramenta de gestão da pobreza.

Isso sendo posto a respeito da proteção social, “o que o configura é o conjunto organizado, coerente, sistemático e planejado de políticas sociais que garantem a proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência, educação” (Boschetti, 2012, p. 756).

O que nos interessa nesta breve apresentação é salientar como a proteção social foi um *instrumento* por meio do qual o capitalismo pôde criar laços entre o indivíduo e o trabalho, já que nesse momento histórico – do keynesianismo – foi de suma importância o “pleno emprego”²⁴. Desse modo, para além do seu conteúdo, em sua forma reside a criação de mais-

²³ “O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo (Marx, 2017, p. 229-230).

²⁴ O pleno emprego, ou como chama a Boschetti (2012) ‘quase pleno emprego’ foi uma política keynesiana que colocava a centralidade no Estado, a partir de políticas sociais que pudessem assegurar o emprego.

valor, por meio do trabalho, e é, pois, o mais importante para implementação e manutenção do mesmo. Melhor dizendo, sua existência dependeu intrinsecamente da consolidação capitalista, sendo uma espécie de *armadura* anticrise (Boschetti, 2012).

Esta colocação já nos aponta um problema de início, que seria pensar a funcionalidade da proteção social ser prenhe duma espécie de *contenção* para as crises cíclicas neste momento histórico após 1929. Aqui, podemos nos indagar – ainda que trataremos posteriormente sobre o seu desgaste – a respeito da proteção social ruir frente a crise estrutural, já que pontuamos anteriormente seu papel anticrise. Desse modo, é de suma importância entender, parafraseando Mészáros (2011), o próprio modo de desenvolvimento do capitalismo produzir uma crise *rastejante* após 1970. Pois, segundo Behring (2012), a proteção social foi central até a década de 70 do século XX.

É preciso, também, pontuar que a proteção social tem em seu cerne não só as políticas sociais, mas que também se situam a previdência, saúde, assistência social e trabalho, que esse conjunto ficou conhecido como uma concepção ampliada de proteção social. É por meio dessa gama de políticas sociais e políticas econômicas que se forja a proteção social, fomentando a intervenção do Estado através de políticas sociais que visam atender demandas sociais que se apresentam a partir da sociedade moderna.

Somado ao que vem se construindo a partir desse tópico, a título ilustrativo, podemos citar a concepção de Seguridade Social do Brasil que se estabelece a partir da Constituição de 1998 como um exemplo de Proteção Social. Esta, em seu cerne, possuía como prerrogativa um tripé: à saúde, à previdência e à assistência social. De início, pontuemos brevemente algumas particularidades, podemos observar o fato da saúde, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) possuir o caráter universalizante, pois este se estabelece enquanto um *direito* para todos e todas e não demanda contribuição prévia (contribuição direta). Já a Previdência guarda em seu cerne o fato de seus beneficiários serem, necessariamente, trabalhadores com carteira assinada e demanda contribuição prévia. Por último, a Assistência Social está para “quem necessita” e também não demanda contribuição prévia. Desse modo, as duas últimas não são universalizantes (Simões, 2009).

A Seguridade Social no Brasil, um ano após ser instituída, passa a sofrer derrotas no seu modo de estrutura e funcionamento que foi apresentado no parágrafo anterior. Isto é, se estruturava tendo como eixo central uma nova organização de políticas sociais para reprodução da vida que eram a assistência Social, a saúde e a previdência. É a partir deste momento que traçamos a crise dos mecanismos de proteção social. Como foi exposto nos tópicos que antecedem a esse, o capitalismo produz suas próprias crises. É nesse interim, que a crise

estrutural mina, solapa, faz girar em falso as diversas áreas da produção e reprodução da vida. O que nos coloca a pensar nos mecanismos de proteção social, na sua participação (ou seria não participação?) numa sociedade que desmorona.

Desse modo, o que está posto é um progresso_(já que existe uma alteração nos mecanismos de proteção social) que possui ligação direta a barbárie e a repressão, de caráter historicamente colonial e racista, da pobreza que está intimamente ligada a formação sócio-histórica de países como Brasil. Essa ideia, do progresso produzir barbárie, pode ser encontrada na escola de Frankfurt, mais especificamente em Adorno e Horkheimer (1985), ao se referir a *crítica da razão instrumental*. Essa categoria analítica incide na tarefa de uma atualização da crítica fetichista, pois os autores estão pensando os efeitos do fetichismo da mercadoria no fordismo em que o pensamento é uma técnica e este se estabelece enquanto parte do controle social²⁵. Deste modo, reside uma razão que se dialetiza, afinal como pode, nesse momento histórico, existir progresso social e ao mesmo tempo coexistir miséria e fome, por exemplo?

O regime de acumulação fordista chega ao seu fim, caracterizando a emergência do neoliberalismo. Uma ótima atualização desse pensamento se encontra no texto *Ascensão e colapso da razão instrumental neoliberal*, de Leomir Hilário (2020). O autor divide seu ensaio em três momentos, no primeiro expressa o que seria a racionalidade instrumental; no segundo propõe pensar essa categoria analítica a partir das transformações do capitalismo; no terceiro, que nos é importante, o fato da barbárie ser a pedra angular no neoliberalismo.

Assumindo o resumo feito anteriormente, desdobremos – na medida do possível – a centralidade da barbárie no contexto da crise sistêmica do capitalismo. Sua apreensão teórica nos interessa pois nos coloca a tarefa de atualizar a perspectiva do neoliberalismo enquanto expressão da autocontradição. Somado a isso, nos coloca a crítica da economia política e entender como o neoliberalismo é, ele mesmo, uma fuga para frente.

Desse modo, pode-se observar como a própria proteção social guarda em si uma dependência indissociável do capitalismo, e é a partir dessa quadra histórica que se expõe um rearranjo sobre os trabalhadores e às trabalhadoras e direitos sociais de outrora: “A pressão exercida sobre os trabalhadores no sentido da retirada de direitos e diminuição salarial tinha foi

²⁵ Uma ótima referência a esta categoria pode ser encontrada em Paniago (2012). Ao fazer uma análise, a partir de Mészáros, que tem como pontapé o ano de 1990, a autora chama atenção para ideia de que o controle social está, em seu cerne, intimamente ligado com o capitalismo. Isto é, ainda que seja a classe trabalhadora que busque um controle social, este estará dependente da forma social que é o capitalismo. E só será possível uma alteração, se esta forma social produzida pelo capitalismo for superada a partir da emancipação.

busca de superação das baixas taxas de lucro, cada vez mais decrescentes” (Hilário, 2020, p.185).

Isto, dito anteriormente, pode ser observado no filme *Eu, Daniel Blake* (2016). Daniel, o protagonista, sofre um ataque cardíaco e precisa parar de trabalhar para que não morra. Após ser acometido pela doença procura meios para que seja possível a manutenção de sua vida. Para isso, busca um auxílio financeiro do governo britânico. No entanto, se depara com uma burocracia *kafkiana*. Mas há algo de novo na burocracia do filme, tudo convergia para que Daniel Blake não conseguisse acessar seu direito. A burocracia que se apresenta no neoliberalismo se estrutura como impeditivo a acesso de direitos e não como uma burocracia que no fim traria o direito. Mais do que isso, essa burocracia se dá, também, de dentro para fora, isto é da própria subjetividade do sujeito.

A obra cinematográfica citada não deve ser apreendida como uma metáfora no sentido lato, ao contrário, é a partir do real ofuscado que essa obra ganha tanta importância para pensarmos o neoliberalismo. Pois, “com a agudização da crise estrutural do capitalismo, essa redução ao econômico da existência gira em falso, pois não se consegue mais promover integração social, tornando supérfluas grandes massas humanas, desnecessárias ao modo de produção capitalista”. (Hilário, 2020, p.19). É por isso que no fim do filme Daniel Blake, após inúmeras tentativas de apoio por parte do Estado, morre.

Esse aspecto da burocracia no neoliberalismo, já nos apresenta como a proposta central desse tópico se engendra ao capitalismo em *ruínas*, como salienta Menegat (2012), em que mesmo desmoronando, o capitalismo, ainda se encontra presente. Essa categoria do autor é o fio condutor da argumentação aqui proposta, ao passo que a proteção social desmorona, temos os Programas de Transferência de Renda como uma continuidade do mesmo, mas – como veremos no próximo capítulo – não possui fôlego para atender as necessidades de uma massa de supérfluo que se adensa como foi demonstrado no tópico anterior.

Levando em conta as colocações de Hilário (2020) referente a Brenner (1999), o autor destaca “o neoliberalismo como sintoma de uma crise sistêmica mais profunda, sendo não o contrário do Estado de Bem-Estar Social mas o seu herdeiro legítimo, na medida em que se propõe a continuar a tarefa que aquele já não mais conseguia realizar, a saber, a de manter taxas altas de crescimento econômico” (Hilário, 2020, p.13). É, pois, a partir disto, que a individualização de problemáticas sociais passa a ser reorientada para os indivíduos, “o ‘Estado de bem-estar’ teve um papel ambíguo nisso, contribuindo para a substituição das estruturas comunitárias por ‘guichês’ de auxílio social” (Dardot; Laval, 2016, p. 348).

É, então, a partir do exposto até aqui, que podemos apreender como existe uma virada na proteção social. Essa virada, e aqui é uma das apostas da monografia, incide no fato da proteção social ser corroída pelos próprios pressupostos econômicos que outrora a legitimaram. Isto posto, com o aumento da pobreza, órgãos multilaterais como é o caso do Banco Mundial com relatórios anuais sobre a pobreza, passam a sugerir respostas, que guardam em seu cerne a valorização do valor. Dito de outra forma, o que se estabelece no neoliberalismo vão ser intervenções que passem, necessariamente, pela mercadorização²⁶.

Essas intervenções, que poderemos observar de forma mais detalhada no próximo capítulo, guardaram em si uma “governabilidade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016). Essa governabilidade forja um funcionamento específico que só é possível pela autocontradição do capitalismo. Portanto, “assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual” (Dardot; Laval, 2016, p. 348). Este argumento dos autores nos remete a palavras que submergem na nossa quadra histórica, como é o caso do “empoderamento” e podemos atribuir esta ligação a suposta “autonomia” que a renda direta oferece²⁷, ou a própria ideia do capital humano²⁸ em que os sujeitos podem deixar de ser supérfluos a partir da educação e saúde.

Tendo esses argumentos como pressupostos, no próximo capítulo serão apresentados os Programas de Transferência de Renda e sua aplicação enquanto progresso, mas que ao mesmo tempo produz barbárie. Afinal, como será visto, os PTRs que tem como sua *forma elementar* o pressuposto de responder à pobreza, na verdade ofusca muito mais que à responde. Por fim, com a corrosão da proteção social, esses programas tomam novos contornos em escala mundial, postulando uma funcionalidade específica, como veremos, num capitalismo em ruínas.

²⁶ Sobre isto, basta nos lembrar-nos do capítulo I (A Mercadoria) de *O capital: Crítica a economia política* em que Marx (p. 45, 1985) diz: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’”.

²⁷ Veremos no próximo capítulo uma crítica a essa suposta autonomia, que no momento não cabe ao texto.

²⁸ Esta categoria será melhor detalhada no próximo capítulo, onde apresentaremos como a mesma é central para elaboração dos PTR’s.

3. CAPÍTULO II: PALIATIVOS DA DECOMPOSIÇÃO: UMA APREENSÃO CRÍTICA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Neste capítulo entramos de forma direta na análise do lugar ocupado pelos chamados Programas de Transferência de Renda, diante de todo o contexto anteriormente sumarizado. Desse modo, existe um esforço teórico para apreensão desse objeto, não reduzindo sua forma somente a seu tempo histórico. Por isso começamos com o subcapítulo intitulado *Neoliberalismo: mudanças estruturais e novas estratégias de gestão da pobreza* cujo intuito é, inicialmente, demarcar o campo teórico-político para o entendimento do neoliberalismo, tomando por base a expansão dos programas de transferência monetária apresentar-se nessa quadra histórica.

No segundo subcapítulo nos atentamos em apresentar como se estrutura estes programas, sua formação histórica bem como demarcar a abordagem estrutural que propomos de apreensão do objeto. Seguindo a apresentação, no terceiro buscamos justificar o porquê de existir um programa que transfere dinheiro a sujeitos que estão, em sua maioria, fora do mercado de trabalho e que muitos jamais voltarão a este. E por fim, no quarto, observamos a individualização reificada produzida por esses programas, pois em certa medida a quantia repassada para os beneficiários/as não é suficiente, então é preciso criar um/a empreendedor/a de si das ruínas.

3.1 Neoliberalismo: mudanças estruturais e novas estratégias de gestão da pobreza

Muitas leituras referentes ao neoliberalismo se apresentam, dentre algumas dessas visam dar escopo crítico para o entendimento do que seria. Melhor dizendo, há análises que apreendem somente uma condição econômica; ao passo que poderíamos observar se permanece uma regulação do Estado por meio dessa forma econômica, ou se ele se ausenta. De todo modo, não visamos abarcar as múltiplas leituras desse mesmo fenômeno, mas sim estabelecer uma aproximação com ênfase na conexão estrutural entre neoliberalismo e o surgimento/expansão dos chamados PTRs. Assim sendo, buscamos nesse subcapítulo uma introdução da crise das estruturas fundamentais do capitalismo e o florescimento das condições materiais e ideopolíticas para a amplificação alternativas mobilizadas no âmbito de transferências monetárias, por meio de programas sociais que buscam a gestão da questão da pobreza, mediando teóricos e teóricas e suas análises críticas referentes ao neoliberalismo e o lugar/função dos PTRs nesse processo.

De antemão, é preciso frisar que o neoliberalismo será entendido como uma forma de gestão do social. Os autores, já citados anteriormente, como é o caso de Dardot e Laval (2016), percebem o neoliberalismo enquanto *racionalidade*, o ganho analítico a partir desses autores se dá ao fato de os mesmos não apreenderem o neoliberalismo somente do ponto de vista econômico, por exemplo nas privatizações de espaços até então públicos, mas redimensionam para nos apontar que o neoliberalismo, na verdade, expande as relações capitalistas para todas as esferas da vida.

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (Dardot; laval, 2016, p. 17, grifos do autor)

Em face disso, as reflexões introduzidas por Dardot e Laval (2016) são centrais para a apreensão do problema aqui levantado. Essa forma de *racionalidade* embutida nos sujeitos, que é produzida por um capitalismo que expande a concorrência para todas as esferas da sociabilidade, forja o “empresário de si”, gerando o sujeito neoliberal. O ganho nessa apreensão para o objeto pesquisado é pensar os usuários desses programas enquanto empresários de si nas ruínas, pois a Política de Assistência Social passa a ser focalizada na pobreza, acarretando uma concorrência entre os “mais pobres” sendo este o fio condutor por quem defende tal segmento, e seus mecanismos constitutivos passam a conter como pressuposto a individualidade, além de ferramentas com características alicerçadas na lógica empresarial, pois sua defesa é feita com a prerrogativa de aplicação

[...] com mais eficácia e moralidade critérios redistributivos e igualitaristas; enfrentam-se situações de pobreza e de exclusão de forma mais orientada (sem perder o foco) e efetiva, gasta-se menos; e, tecnicamente, atua-se de forma mais eficaz na gerência de programas e projetos a serem desenvolvidos (Pereira; Stein, 2010, p. 113)

Seguindo os passos de apresentação de algumas leituras possíveis referente ao neoliberalismo temos a filósofa Wendy Brown (2019), que em seu livro *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* fomenta o debate sobre a relação da nova extrema direita com o neoliberalismo, de onde no Brasil temos o ex-presidente Bolsonaro como exemplo. Para que sua análise tome forma, a autora também parte da

perspectiva duma racionalidade neoliberal. “Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (Brown, 2019, p. 17).

Dado o caráter da monografia, não poderemos discutir os pontos convergentes ou que possamos discordar, a ideia aqui é apresentar leituras que, ao seu modo, possam contribuir para entender o neoliberalismo para além de um campo teórico, tomando cuidado para não cair em um ecletismo. Seguindo, então, a apresentação, ainda em Brown (2019), encontramos algo que nos é interessante para pensarmos como no governo lulopetista, por exemplo, foi estabelecido o maior programa de transferência monetária na América Latina.

Seguindo este rastro, tomando por base que os governos do PT não foram conservadores, podemos fazer uma ponte com o que a filósofa aponta que “o ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados ‘conservadores’” (Brown, 2019, p. 23). Com efeito, vale destacar que se apresentam debates referentes às políticas sociais que outrora (antes do neoliberalismo) possuíam em seu funcionamento aplicabilidade *universalistas*, que a partir do capitalismo tardio foram substituídas progressivamente pela *focalização*²⁹. Os PTRs focam na categoria pobreza, isto é, a partir da transferência monetária espera-se que a pobreza, em alguma medida, possa ser superada.

A afirmação feita anteriormente, sobre táticas de superação da pobreza nos impele a uma apreensão sistemática. Tendo em vista que a partir da crise estrutural a pobreza se expande, órgãos multilaterais começam a apostar em formas de controle da pobreza, alegando que nem o Estado e muito menos o mercado poderiam gerir essa expressão (Marins, 2017). Dentre as inúmeras maneiras de gestão da pobreza e dentre os instrumentos produzidos e aplicados em vários países, criou-se duas categorias para dimensionar a pobreza: temos a extrema pobreza e a pobreza. Ambos são dimensionados pela renda per capita familiar, se estiver abaixo da média que diz respeito a linha de pobreza, a família se encontra na extrema pobreza.

O intuito de tal menção é que alguns autores apontam alterações no que diz respeito ao combate à pobreza, ao que parece não é mais viável. Agora, em seu novo espetáculo, aposta-se no combate da extrema pobreza. A exemplo do Brasil, num artigo intitulado *Erradicação da*

²⁹ “[...] o princípio da universalidade, de conotação eminentemente pública, cidadã e igualitária/equânime, vem perdendo terreno para um discurso focalista neoliberal, de extração pós-moderna, para o qual o ser humano é construído culturalmente e, assim, despossuído de vínculos universais e de convergências éticas, políticas e cívicas” (Pereira; Stein, 2010, p. 107).

pobreza: contribuições do programa de transferência de renda Bolsa Família para o cumprimento do ODS1 (objetivo de desenvolvimento sustentável 1) da agenda 2030 da ONU (Haeberlin; Silva. 2019) os autores enfatizam que o impacto significativo do PBF não é o combate da pobreza, mas sim o da extrema pobreza, “portanto, o Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais iniciativas brasileiras no combate a extrema pobreza” (Haerbelin; Silva, 2019, p. 53). Vale destacar que de um lado parte desses beneficiários/as compõe aquele segmento que Marx, em *O Capital*, denominou de exército industrial de reserva³⁰, que cresce em paralelo ao crescimento da riqueza acumulada, ou nas palavras do autor:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. (Marx, 2017, p. 719)

Isso posto, esse aparente paradoxo constitui-se como a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, “quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial”. Somado a esse contingente, de outro lado, está aquele sedimento que Marx considerou como lumpemproletariado³¹ sobre os quais repousam os impactos mais significativos do processo de pauperização da classe trabalhadora. Como pode-se perceber, o aumento do pauperismo e suas aparente subdivisões (pobreza e extrema pobreza) não se tratam de uma acidentalidade, mas das determinações sobre as quais se estrutura o próprio desenvolvimento capitalista, sobretudo no contexto da crise estrutural. Dito isto, não nos surpreende que a ênfase dos PBF se dê em maior medida, justamente, nos segmentos que compõem a extrema pobreza, posta a inviabilidade de extinguir a pobreza em sua totalidade, já que se trata de uma dimensão ineliminável, sob os marcos da produção capitalista.

Uma autora, chamada Mani Tebet A. Marins (2017), em seu livro *Bolsa família: questões de gênero e modalidades*, faz uma brilhante apresentação histórica da categoria pobreza e suas evoluções de entendimento dentro de órgãos multilaterais, mais especificamente o Banco Mundial (BM). A socióloga divide a alteração na concepção da pobreza em dois

³⁰ O exército industrial de reserva é uma massa sobrando de trabalhadores expulsa do emprego temporariamente por meio do avanço do processo produtivo (implementação de tecnologias, por exemplo).

³¹ No que diz respeito a tal conceito, podemos resumi-lo de tal forma: com a crescente expansão de proletarização do mundo, isto é a venda da força de trabalho, que acaba dependendo deste meio para sua reprodução vital e que, no entanto, não será absorvida. Melhor dizendo, estes não ascendem nem mesmo ao proletário, pois não conseguem vender sua força de trabalho.

momentos, o *pré* e o *pós* 1990, pois só a partir da década de 90 do século XX que o pobre passa a ser central para esse órgão multilateral. Deste modo, são rastreadas, em algumas cartilhas e artigos do BM, como a categoria pobreza começa a ser entendida. Num primeiro momento, mais especificamente 1970, segundo a autora, a pobreza era aprendida como homogênea, somado a isso os pobres se enquadravam a tal determinação a partir da renda que possuíam.

Ainda tomando por base Marins (2017), no ano de 1980, a categoria cultura passa a ser incorporada pelo BM, cuja finalidade seria produzir políticas mais eficazes. Nesse interim a temática do social passa a ser uma constante nas análises produzidas por esse órgão. Em contraposição a 1970 e 1980, a década de 90 do século passado passa a incorporar a categoria “multidimensional” em que proporcionará “[...] um novo paradigma, no qual a renda deixa de ser um fim para se tornar um meio de atingir o desenvolvimento humano” (Martins, 2017, p. 94). É a partir desse momento que a análise da pobreza não tem como ponto principal a renda, mas é preciso o bem-estar pessoal e/ou coletivo.

Seguindo a linha de autores e autoras que proporcionam uma leitura profícua no que diz respeito ao neoliberalismo, temos o Wolfgang Streeck (2018) com o seu livro *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Esse autor nos proporciona a entender o endividamento do Estado a partir do neoliberalismo, e consequentemente nos aproxima de mais uma expressão, dentre tantas, de uma crise que não escapa nada e nem ninguém. Somado a isso, percebemos, a partir do mesmo, que as alterações da categoria pobreza estão intimamente ligadas ao fato do capitalismo ter seus fundamentos em crise. É ainda preciso frisar que não há um debate direto referente a pobreza no sociólogo, mas a tentativa aqui é fazer com que os vários autores e autoras dialoguem entre si.

Uma outra leitura que nos é interessante é produzida por Kurz (2015) ao dizer que o neoliberalismo é “uma fuga para frente”. Essa análise teórica produz grande papel nesta monografia, pois é por meio dela que observamos que o neoliberalismo não é uma forma econômica que objetiva fazer com que o capitalismo volte a crescer após uma crise³². Mais ainda, nos ajuda a pensar que a crise passa a ser confinada aos sujeitos, com uma desresponsabilização do próprio sistema. Deste modo, a “alternativa” de individualizar os problemas que o próprio sistema produz só se torna possível a partir da “crise histórica da valorização do capital” (Kurz, 2015. p. 10). Não por acaso falamos de empresários de si nas

³² Uma justificativa para tal argumentação pode ser encontrada na tese de crise estrutural fundamental produzida por Mészáros (2021) que se contrapõe a ideia de crises cíclicas do capitalismo como apresentado no capítulo anterior.

ruínas, pois estes e estas são filhos e filhas do desemprego estrutural como foi observado no capítulo anterior.

Neste sentido de privatizar a crise aos indivíduos, já existe alguns processos dissolutivos nos próprios programas de transferência monetária. O governo brasileiro, a partir da *Portaria MDS* (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social) nº 911, de 24 de agosto de 2023³³ submete uma nova gestão das famílias unipessoais (pessoas que estão sozinhas no Cadastro Único), mais especificamente cada Município só pode conter, em relação ao quantitativo de beneficiários/as municipais, 16% de indivíduos recebendo o Bolsa Família. Isto demonstra como esse programa passa a desclassificar os classificáveis, isto é, eram classificáveis por estarem na faixa da pobreza e/ou extrema pobreza, mas agora não são mais classificáveis ainda que a classificação permaneça e os sujeitos permaneçam pobres.

Para que possamos nos aproximar de forma crítica a essa virada de chave, retomemos duas categorias analíticas produzidas por Marildo Menegat (2019). A primeira seria “gestão da barbárie” que diz respeito aos dois primeiros governos de Lula (de 2003 a 2011). Nessa leitura, a gestão da barbárie seria uma técnica que o governo luloptista apostou na integração econômica em que “as políticas sociais passaram a ser concebidas como uma linha auxiliar da tentativa de reanimação econômica do gigante cambaleado” (Menegat, 2019, p. 103), bem como no financiamento dessas políticas a partir do Estado. Mas segundo o autor, essa gestão da barbárie chegou ao fim (e essa concerne a segunda categoria analítica do autor). Bem, a portaria que apresentamos no parágrafo anterior nos apresenta que a integração econômica dos sujeitos por via de programas sociais não é possível para uma parte considerável das pessoas em pobreza e extrema pobreza.

Vejamos mais de perto ainda, seguindo as análises feitas por Marins (2017), que após 1990 o pobre vai incidir em “ações práticas de reconhecimento e de designação de grupos que deveriam, por suas limitações econômicas, ser alvo do poder público” (Marins, 2017, p. 102). Na portaria que citamos anteriormente diz que indígenas, quilombolas e pessoas que estavam em situação de trabalho análogo a escravidão poderão, mesmo o município tendo chegado ao teto de 16%, serem incluídos ao programa mesmo possuindo em seu cadastro a designação de família unipessoal. Vemos, dessa forma, que realmente houve uma alteração no entendimento do “pobre”. Mas existe algo de novo, não é um retrocesso, pois nem mesmo a condição monetária poderá “salvar” alguém que se enquadre na família unipessoal. Afinal, mesmo que este ou esta cumpra com os requisitos de renda não poderá ser um beneficiário ou beneficiária

³³ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-911-de-24-de-agosto-de-2023-505432553>

do PBF se seu Município chegar ao teto estipulado. É como se fosse produzida uma guerra contra à pobreza, um combate em que as condicionalidades – veremos mais a frente a respeito disso – já não são um colete protetor.

A desumanização, própria da guerra, torna-se prática comum, na qual a descarga de impulsos violentos é, mais do que legitimada, incentivada. Ocorre, assim, a entrada na esfera civil das técnicas que foram desenvolvidas para o campo de batalha, que se converte numa esfera permanente (Canettieri, 2020, p. 127)

Aqui, na interlocução entre autores e suas bases teóricas de entendimento do neoliberalismo, foi possível observar algumas características dos PTRs. Essa tentativa de apreender o objeto – aqui nesse tópico o neoliberalismo – mesclando com alguns aspectos dos programas de transferência monetária não visaram esgaçar o que, na verdade são esses programas. Mas o movimento desempenhado foi, justamente, começar a apreender a centralidade do neoliberalismo nesses programas. A partir disso, veremos no próximo subcapítulo uma aproximação histórica e teórica dos PTRs, cujo intuito é denotar suas particularidades referente a outros programas sociais.

2.2 Bifurcação: Programa de Transferência de Renda

Por algum tempo no capitalismo, mais especificamente no período de vigência do chamado *Estado de Bem Estar-Social* nos países do centro, a Seguridade Social carregou consigo a primazia do direito ao trabalho. Este momento foi responsável pela forma em que o capitalismo se afirmava enquanto único modo de vida possível. Esse processo de reprodução do trabalho fez com que a Seguridade Social fosse desenvolvida tendo por finalidade o trabalho. Dito de outra forma, estruturava-se para promoção de trabalho, cujo mote estava para os sujeitos que podiam trabalhar e assegurava aos inaptos ao trabalho (idosos e pessoas com deficiência, por exemplo) políticas sociais de integração.

No entanto, a partir de 1970, a crise estrutural que é constituída pelo próprio movimento do capitalismo, engendra profundas alterações nas políticas sociais, desse modo deixam de ser para o emprego e perfazem um novo momento: agora seu cerne está numa massa de sobrantes. Essa "novidade" traz consigo uma nova forma de gestão da Proteção Social.

Está, portanto, ocorrendo uma mutação no Estado social dos países do capitalismo central, que vem sorrateiramente minando a proteção social vinculada aos direitos do trabalho e avançando na instauração de proteções assistenciais condicionadas a critérios de renda e, muitas vezes, submetidas a contrapartidas que justifiquem sua concessão (Boschetti, 2016, p. 156).

É a partir desse momento que o Estado, que depende da lógica do valor, precisa criar opções para reagrupar os aptos ao trabalho que foram expulsos do processo de venda do trabalho. Melhor dizendo os aptos, segundo Sitcovsky (2010, p. 156), em tempos de crise são assumidos pelo Estado e pela Assistência Social. Essa demarcação, para além de delinear historicamente o nascimento dos Programas de Transferência de Renda, em que se situa no campo da assistência social como proteção social não contributiva, reafirma a sua necessidade enquanto um mecanismo de fuga para frente do capitalismo, em que os sujeitos supérfluos se apresentam como um apêndice do consumo.

Desse modo, é preciso destacar, antes de delimitar onde surgem os PTRs, que têm programas de transferência monetária que exigem condicionalidades para que as famílias permaneçam enquanto beneficiárias, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF), e programas que não necessitam de condicionalidades, como é o caso do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC/LOAS), que é destinado a pessoas com deficiência e que a renda familiar seja de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa. Dito isso, os que carregam em si as condicionalidades se estabelecem e são ampliados, segundo Silva e Silva (2016), a partir de 1990 na América Latina e Caribe, sendo uma das primeiras experiências de implementação no mundo e passam a desempenhar papel central nos programas sociais destes países.

Tomando isso por base, é a partir do *Consenso de Whashington*³⁴, realizado em 1989, que tinha como pressuposto um plano de medidas de ajustamento dos países periféricos, que a proposta dos PTRs ganham maior fôlego. As regras estabelecidas, nesse consenso, visavam a difusão do projeto neoliberal em cerca de 60 países. Este plano foi determinado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo governo norte-americano. Isto posto, como afirma Silva e Silva (2016), é a partir da primeira década do século XXI em que recursos, cada vez maiores, são destinados aos PTRs, proporcionando um *boom*.

Tal programa passa a fazer parte das redes de proteção social, sendo que “em 2010, já eram implementados em 18 países, voltando-se largamente para a inclusão da população pobre,

³⁴ Esse consenso ocorre por conta da crise de 1980, somado a isso é uma das principais vias para as reformas neoliberais que serão impostas aos países periféricos.

constituindo-se na principal política do campo assistencial” (Silva e Silva, 2016, p. 197). Assim sendo, possuem como finalidade gerir a pobreza a partir de intervenções compensatórias e focalizadas para famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Para que seja constatado que as famílias possuem tal requisito, foram criados mecanismos para identificação. Após esse momento seletivo, têm-se um acompanhamento dessas famílias para averiguar se ainda possuem o "perfil" do programa. Cria-se uma nova forma de gerir o público alvo pela Assistência Social, desembocando em mecanismo de tecnificação, que se desdobra numa das características do neoliberalismo de eficiência. Deste modo, esses programas impõem um controle de vida aos beneficiários, tendo como premissa as condicionalidades para permanência. (Silva e Silva, 2016).

O controle e as condicionalidades enquanto expressão deste, no caso do PBF, a partir dos dados presentes no Cadastro Único (CadÚnico), ainda que se estabeleçam por via “Estado”, contém em si uma novidade. Os receituários condicionam os/as beneficiários/as a empreender-se, seja para se manter tendo que seguir o caminho tortuoso das condicionalidades, ou seja na aposta irreal que as famílias estão num momento “ruim”, mas que poderão superar se *der tudo de si*.

Para que possamos observar o que pontuamos no parágrafo anterior analisemos um trecho do documento produzido pelo Banco Mundial (2021) intitulado *Equilibrando estabilidade e transição: Primeira avaliação da Regra de Permanência no Programa Bolsa Família*. Observemos tal citação que diz: “O incentivo de investir em capital humano incluído nos benefícios variáveis melhora as chances de integração no mercado de trabalho e maiores ganhos de crianças quando elas se tornam adultas” (Banco Mundial, 2021, p.39). Nesta aproximação, observamos que esses programas condicionam seus/as beneficiários/as para que invistam³⁵ em saúde, educação e nutrição, cuja aposta *ingênua* (para dizer o mínimo) seria produzir indivíduos aptos para o mercado de trabalho no futuro (filhos/as).

Segundo Pereira e Stein (2010), acontece, a partir de 1970, iniciativas cujo mote tinham como horizonte a focalização em indivíduos em detrimento do princípio da universalidade que diz respeito ao fato de que todos os sujeitos da sociedade devem ter direito no acesso a bens e serviços de forma irrestrita, levando em conta as individualidades. No entanto, o princípio de focalização restringe os bens e serviços a parcelas específicas da sociedade, criando seletividade, pois

³⁵ O uso desse termo não diz respeito ao investimento monetário nessas áreas, mas sim no fato das “chefas de família” precisarem levar seus/as filhos/as a escola e manter regularidade, ou a necessidade de ter a vacinação completa.

[...] trata-se de uma seletividade iníqua, centrada na defesa centrada na defesa dos gastos sociais, que exige das políticas sociais [...] a criação de estratégias que reduzam as necessidades humanas a sua mísera expressão animal, para diminuir as despesas do Estado. (Pereira e Stein, 2010, p. 115)

Silva e Silva *et al* (2014) organizam o livro *Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe*, sendo este um apanhado histórico de construção dos PTRs, bem como o detalhamento de alguns programas que são instituídos nos países da América Latina e Caribe que são pesquisados na obra. Desse modo, ao decorrer do livro, pode-se captar vários caminhos e desdobramentos do PTRs. Por exemplo, o caráter central para uma apreensão seria o fato desse programa ter como pressuposto o “combate à pobreza”.

A preocupação com a pobreza começa a se apresentar a partir de 1970 por órgãos multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional por exemplo), e a partir desse momento são construídas cartilhas e relatórios dando centralidade a categoria pobreza. Mas é no ano de 1990 que foram criadas políticas para que viesse a ser possível gerir a pobreza, essa entendida, como já salientamos, a partir de uma concepção restrita a renda familiar. Desse modo, após dez anos, o Banco Mundial assume que as estratégias até então não surtiram efeito e dentro das mudanças que são desenvolvidas a partir dos anos 2000 está a concepção de pobreza, que a partir deste momento passa a ser empreendido enquanto um conceito multidimensional. É a partir dessa nova concepção que fomenta uma ideia de “empoderamento”, de colocar o sujeito enquanto sujeito ativo para mudança da realidade acachapante. (Siqueira, 2011).

Nesse ínterim, está a “preocupação” com a pobreza que pode ser observada em alguns relatórios de organizações multilaterais, como é o caso do relatório produzido pelo Banco Mundial de 1990, que tem em seu nome o destaque a categoria pobreza; *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990: A pobreza* (Banco Mundial, 1990). É, pois, os Programas de Transferência de Renda, segundo Lima (2015), uma das principais estratégias de gerenciamento da pobreza e das desigualdades sociais a partir de 1990 na América Latina e Caribe. Com uma pobreza cada vez maior, dadas as formas de trabalho e a crescente massa de supérfluos que se engrenada a partir da terceira revolução técnico-científica, desenvolve-se um novo foco para política social visando responder tal manifestação que é constituinte do capitalismo. Desse modo, o que está posto a partir dessa quadra histórica é que “[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as políticas de integração de cunho universalista e distributivo pelas chamadas políticas de inserção, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis” (Silva, *et al.* 2014, p. 43).

O Programa de Transferência de Renda carrega em sua espinha dorsal a focalização na pobreza como algo a ser resolvido a partir da transferência monetária, é por isso que programas como o Bolsa Família demarcam um limite monetário (218,00 reais de renda familiar) para a família que é beneficiada do programa. Ainda que se tenha a focalização na pobreza, pode-se perceber que o pressuposto que essa categoria carrega perpassa inúmeras esferas na formulação das políticas. É, pois, como bem pontua Silva e Silva (2014), este um dos qualificadores para a estratégia de superação dos tensionamentos que se criam a partir de 1970 com a crise estrutural do capitalismo. Esse princípio de focalização, para mencionarmos, pode ser visto em cartilhas de instituições multilaterais:

Proteger os mais vulneráveis por meio: da melhoria da capacidade de resposta dos programas não contributivos da rede de proteção social (por exemplo, o PBF) para beneficiar novos grupos elegíveis, **com enfoque em grupos específicos, tais como populações indígenas em áreas remotas ou isoladas (Amazônia), afrodescendentes, mulheres e outras minorias; da redução da criminalidade e da violência por meio de programas multissetoriais; do fortalecimento do apoio a programas de combate à violência baseada em gênero; e da oferta de oportunidades econômicas para as mulheres.** (Banco Mundial, 2016, p. 30, grifos nossos)

Para um melhor entendimento desse emaranhado de eixos que estruturam tal programa, faremos uma apresentação mais detalhada. Começemos, então, pelo chamado público-alvo, que tem como pressuposto, segundo Silva *et al.* (2014), a pobreza e extrema pobreza possuindo como estrutura de ambas a “questão monetária”, isto é, a condição econômica da família. Outro autor, que pode nos ajudar a entender quem é esse público alvo é o Robert Kurz (2018) ao cunhar a fórmula “sujeitos monetários sem dinheiro”. Para além da explicação que o próprio termo se esboça, o *insight* do autor ainda aponta ao fato de que os sujeitos interiorizaram algumas categorias da sociedade moderna ao ponto de apreenderem elas enquanto naturais.

No entanto, existem ainda os critérios para condição de elegibilidade do PTRs, bem como condicionalidades para sua permanência. Os critérios, como já citados anteriormente, se estabelecem com o nível de pobreza das famílias, este nível tem como régua a renda monetária familiar. É preciso frisar a novidade que esse critério de legitimidade nos coloca, melhor dizendo, a partir destes cria-se uma concorrência entre os beneficiários. Há algo “mistificador” nesses critérios e é justamente nesse ponto de tensão (critério e elegibilidade) que reside a novidade. É por isso que a categoria concorrência é tão presente na análise de Dardot e Laval (2016). O que nos interessa nesta menção diz respeito a pensarmos os empresários de si das ruínas, é que se cria uma concorrência que tem como régua a pobreza, mas que a pobreza

entendida a partir da condição monetária não é suficiente para sanar um capitalismo em escombros.

Além disso, é passível de menção o fato que os programas se estabelecem de maneiras diferentes, dadas as particularidades de cada país. A fim de demarcação referente a renda familiar enquanto parâmetro para inclusão de famílias no Programa Bolsa Família (PBF): “Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias: I - inscritas no CadÚnico; e II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).” (Brasil, 2023).

Isto posto, para que as famílias possam permanecer m tal programa precisam conviver com as condicionalidades que estão postas aos beneficiários. Referente as condicionalidades, tomando por base demonstrar como se estruturam e funcionam bem como o que ocorre caso haja descumprimento, fiquemos com o Brasil e como se estrutura e organiza o Programa Bolsa Família:

Art. 10. A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamento, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

- I - à realização de pré-natal;
- II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 (sete) anos de idade incompletos; e
- IV - à frequência escolar mínima de:
 - a) 60% (sessenta por cento), para os beneficiários de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos de idade incompletos; e
 - b) 75% (setenta e cinco por cento), para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

- I - os critérios para o cumprimento das condicionalidades;
- II - as informações a serem coletadas e disponibilizadas;
- III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;
- IV - os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;
- V - as alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso IV do caput deste artigo; e
- VI - os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família. (Brasil, 2023)

Essa gama de condicionalidades, que mencionamos anteriormente, são a contrapartida para que famílias permaneçam em tais programas. Desse modo, cria-se o que chamamos aqui de empresário de si das ruínas, que são “consumidores marginais” (Silva e Silva, 2015), que precisam estar atentos e atentas frente as demandas que precisam cumprir para ter o mínimo para sua sobrevivência. Essas condicionalidades se estruturam, por sua vez, na Teoria do Capital Humano em que os próprios sujeitos, por meio da saúde e educação possam produzir-se para trabalhar, estes devem ser competentes para que leve seus filhos e filhas na escola diariamente, bem como o cumprimento vacinal dos mesmos. Para que isso seja possível é preciso que exista um sujeito, e este em questão é retratado, pelo PTRs, como público-alvo. É este sujeito produtor de capital humano que passa, segundo Foucault (2008), a desempenhar a reprodução do próprio capital.

Silva *et al.* (2014) destaca as diferenças de como esse programa é introduzido na América Latina e Caribe, mas que, no entanto, eles não eliminam de sua estrutura as condicionalidades. Esta forma de gestão reafirma a ideia de sujeitos que precisam superar a sua condição de pobreza, controlando e sistematizando a lógica neoliberal de empreender a si mesmo.

Tanto o acompanhamento da manutenção, ou não, dos critérios de elegibilidade, como o acompanhamento das condicionalidades, evidenciam a tecnificação dos processos de acompanhamento e avaliação das famílias beneficiárias desses programas, que, além dos elevados custos, representam um controle sistemático dessas famílias, priorizando o quantitativo em detrimento do qualitativo; a eficiência em detrimento da eficácia e da efetividade. (Silva, et al. 2014, p. 154)

Estas estruturas que convivem lado a lado neste programa constroem um processo dialético: ao passo que o Estado é o fiador do programa e averigua se as condicionalidades estão sendo cumpridas por seus usuários por meio, por exemplo, no caso do Brasil, de uma ferramenta indispensável de monitoramento dos pobres, que é o CadÚnico³⁶, onde se torna possível policiar a composição familiar e a renda monetária da mesma, bem como averiguar o cartão de vacina dos sujeitos que compõem a família e a frequência escolar das crianças e adolescentes. Não obstante, contraditoriamente, esses indivíduos devem empreender a si para que se retire da pobreza. É por isso que a Teoria do Capital Humano, enquanto mecanismo que desenvolve a educação e saúde como um dever do Estado, desemboca uma funcionalidade indispensável para os PTRs, forjando sujeitos que devem empreender a si mesmo, pois

³⁶ O Cadastro Único é um instrumento que tem por finalidade de coleta de dados de famílias que estão em situação de baixa renda. É por meio deste que é possível acessar aos programas de assistência social.

[...] a oportunidade e o esforço dos indivíduos são considerados como via de superação da pobreza intergeracional, mediante uma transferência monetária para satisfação de necessidades imediatas de sobrevivência, articulada à igualdade de oportunidade via educação e outras ações complementares oferecidas às famílias beneficiárias, destacadamente no campo da saúde, nutrição e trabalho” (Silva, *et al.* 2014, p. 109)

É, pois, a partir dessa estrutura focalizada que se fala numa autonomia maior a partir da transferência monetária. Esta defesa pode ser vista nos autores Rego e Pinzani (2014) ao tratar do Programa Bolsa Família e a, segundo os autores, autonomia subjetiva que esse programa promove a mulheres pois são estas que receberem o dinheiro desse benefício: “renda em forma de dinheiro historicamente constituiu e constitui condição real de início de processos de libertação das necessidades prementes à manutenção da vida e, não separadamente, da alteração das subjetividades das pessoas” (Rego e Pinzani, 2014, p. 198). Mas, ao mesmo tempo, podemos observar leituras que discordam e demarcam a mistificação que é instituída na defesa desse processo, como é o caso da autora Scheilla Nunes Gonçalves (2019) ao usar das próprias entrevistas que se encontram na pesquisa de Rego e Pinzani (2014) para demarcar *que as mulheres dos escombros* ainda sim convivem com o machismo e patriarcado e que por isso não seria possível uma autonomia subjetiva.

2.3 Por que Programa de Transferência de Renda?

De antemão, é preciso demarcar que a existência dos PTRs não deve ser apreendida enquanto uma manifestação de progresso, ou até mesmo o oposto do capitalismo. Isto porque, foi demonstrado no capítulo anterior a existência de pacientes que são supérfluos do ponto de vista do processo de valorização do capital, e isso já nos coloca um primeiro contraponto a ideia de progresso. Somado a essa prerrogativa, a categoria moderna trabalho sempre desempenhou um papel central no que diz respeito a seguridade social, era ela uma pedra angular, no entanto, como pensamos um programa de transferência monetária que incide majoritariamente para pessoas desempregadas – que muitas dessas jamais irão trabalhar novamente – e indivíduos que trabalham de forma terceirizada?

Pensar, desse modo, a relação entre Estado e neoliberalismo é, por vezes, interpretado, ainda, que esse fato seja constitutivo, somente, ao processo de privatizações. Estas privatizações, somado a ajustes e reformas, são condicionadas pela crise estrutural da sociedade produtora de mercadorias, e somado a esse processo existe algo de interessante e rastejante na relação neoliberalismo e Estado, em que este último precisa necessariamente integrar de forma mais direta a reprodução do capitalismo, pois

esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado também uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes às aquelas a que se sujeitam as empresas privadas. (Dardot; Laval, 2016, p. 272, grifos do autor).

É, pois, a partir da reestruturação do Estado que emerge “novas relações entre governo e sujeitos” (Dardot, Laval, 2016, p. 273). Desse modo, podemos observar que o PTRs detém características da racionalidade empresarial, a exemplo: a ideia de condicionalidades, que remete a cada indivíduo em sua esfera pessoal a necessidade de desempenhar alguns pressupostos, delimitado em programas, para sua permanência ou suspensão dos PTRs³⁷, bem como a premissa de autonomia dos sujeitos a partir da renda repassada por esse programa que subjuga aos usuários e usuárias a empreenderem sua “autonomia” a partir da categoria dinheiro, reificando ainda mais sua existência.

Para além da situação do que chamamos de empresários de si nas ruínas, a preocupação das propostas do Estado tomarem forma mercadológica e, a partir disso, funcionar como uma esfera presente na produção e reprodução da sociedade capitalista desenvolve, nas políticas de proteção social, uma competitividade. Portanto, a partir da crise estrutural e o neoliberalismo enquanto sintoma desta, as políticas de proteção social necessitam competir, isto tem por finalidade a eliminação daquelas que não condizem com o novo papel desempenhado pelo Estado.

Assim sendo, a engrenagem para que esses PTRs funcionem precisa necessariamente adotar as regras empresariais em sua forma de governabilidade social. E isso só se torna possível com a crise estrutural do capitalismo³⁸. É por isso, que para além dos condicionantes, a

³⁷ Afim de referenciar e delimitar com um exemplo, podemos citar o PBF, observa-se a necessidade de as mães fazerem com que seus filhos e filhas tenham um percentual de presença na escola, caso não atinjam tal meta (expressão emblemática do sujeito empresarial) pode ser removida do programa.

³⁸ “Desnecessário dizer que esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas as determinações inevitáveis do ‘círculo mágico’ do capital referidas anteriormente, a profunda crise da ‘sociedade civil’ reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas.” (Mészáros, 2016, p. 800)

transferência de renda pode participar ativamente no consumo de mercadorias pois tem como pressuposto a economia, e

[...] como a economia é uma esfera autônoma da sociedade burguesa, que predomina em sua dinâmica sobre as demais esferas de produção da vida social, se ocorrer o desmoronamento desta, ela leva consigo, portanto, todas as formas de vida em comum. Assim, governabilidade social é, em grande medida, fazer com que refugos econômicos sejam reaproveitáveis. Em outros termos, o horizonte social, nestes casos, não vai nunca além da intenção de manter os indivíduos ligados a um sistema produtor de mercadorias, justamente quando este nada mais pode fazer para a reprodução deles. (Menegat, 2019, p. 106)

Essas colocações não visam esgarçar o debate a respeito do papel desempenhado pelos PTRs, mas nos coloca uma tarefa de criticar a mistificação que ocorre ao passo que existem cada vez mais sujeitos não rentáveis, de modo que, ao mesmo tempo, situa-se uma transferência monetária por parte do Estado que coloca esses sujeitos como *consumidores ativos* de mercadorias. Desse modo, esse é o ponto central que buscamos tensionar. Isto é, os PTRs desempenham uma função sistêmica ao capitalismo e sua existência está dependentemente forjada na forma-mercadoria.

Gago (2018) em seu livro *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*, demonstra, a partir de uma leitura foucaultiana, que também a inclusão dos sujeitos por via estatal passa a ser possível somente a partir do consumo³⁹. Desse modo, podemos pensar em como o PTRs é parte do real ofuscado da crise estrutural e nesse processo esses programas tornam-se uma tentativa de fuga para frente do capital, pois sua existência, ainda que incida diretamente aos pobres, só se torna possível/viável pela necessidade que a economia desempenha, isto é a crise estrutural e a reprodução do capitalismo em declínio são os pré-requisitos para o PTRs e só a partir dessa transferência monetária que os supérfluos são requisitados enquanto fim econômico.

Mais ainda, como a crise estrutural impõe limites sistêmicos na produção do valor e mais-valor, a finalidade do PTRs é fomentar monetariamente a compra de mercadorias por meio da transferência direta aos supérfluos. Esses supérfluos são “sujeitos monetários sem dinheiro” (Kurz, 1992)⁴⁰, pois só podem participar do PTRs se passar pela elegibilidade da sua renda.

³⁹ É, também, de suma importância a ideia da autora referente ao neoliberalismo, que em sua análise se contrapõe a análise que vem de “cima”, e dessa forma que o neoliberalismo não reside em vontades do governo, mas propõe um “neoliberalismo de baixo para cima”.

⁴⁰ O público alvo do PTR se delimitam pelo caráter da pobreza, tendo como critério de pobreza a “questão monetária”. O termo “sujeitos monetários sem dinheiro” remete aqui, justamente, o estado em que o capitalismo⁴⁰ produz esses sujeitos que não estão integrados ao trabalho.

Desse modo, existe um momento dialético dessa contradição em processo: eles são sujeitos descartáveis do ponto de vista do capital, mas a partir do PTRs também fazem parte de uma tentativa de fuga para frente do capitalismo em ruínas. Isto é, o programa não faz com que os sujeitos deixem de serem supérfluos, porque o programa só é suscitado pelo fato de existir para o capital, pois

O intervencionismo neoliberal não visa corrigir sistematicamente os “fracassados do mercado” em função de objetivos políticos considerados desejáveis para o bem-estar da população. Ele visa, em primeiro lugar, a criar situações de concorrência que supostamente privilegiem os mais “aptos” e os mais fortes e a adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos os benefícios. (Dardot; Laval, 2016, p. 288)

Essa contradição nos coloca a mistificação que o capitalismo produz, pois, a transferência é feita pelo Estado, mas esse *instrumento* é modelado pelos empresários de si nas ruínas que só é possível por meio da economia. Assim sendo, a “demanda” para que seja realizável os PTRs não advêm da *massa sobrando*, mas antes, é posta pela crise sistêmica. Isto é, só se torna relevante porque existe a necessidade de consumo de mercadorias, que não poderia ser consumida sem essa fuga para frente, ou melhor, não seria factual ser consumida em relação ao tempo de rotação do capital, pois essa transferência de renda ajuda na diminuição desse tempo e, conseqüentemente, a partir do consumo dessas mercadorias são necessários produzir novas mercadorias⁴¹.

Para melhor exemplificar a funcionalidade do PTR podemos, através de Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 23), observar que durante a década de 1990, no Brasil especificamente, é introduzido o projeto de desenvolvimento econômico. É nesse contexto, segundo os autores, que o Brasil começa a adentrar na economia globalizada e pode, a partir dessa quadra histórica, participar da competitividade no que concerne a economia global. Nesse marco, o neoliberalismo passa a exercer a governabilidade de todas as esferas constituintes do Brasil. É só nesse momento, de competitividade na globalização e de neoliberalismo enquanto forma de gestão social, que os PTRs passam a ser determinantes no Brasil.

O Brasil, que foi o exemplo usado anteriormente, só se tornou possível os PTRs com a introdução do neoliberalismo a partir de 1990. Mas no debate internacional – segundo Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004) – começa a se expressar de forma mais pujante a partir de 1980. É, portanto, a partir da década de 80 do século XX que a imposição “[...] no cerne da ação

⁴¹ Essa aceleração na rotação do capital, como por exemplo na venda de commodities, acarreta o limite ecológico do capitalismo. A esse respeito vide: Nuno Miguel (2021).

pública os valores, as práticas e o funcionamento da empresa privada conduzem à instituição de uma nova prática de governo” (Dardot; Laval, 2016, p. 247). É essa a novidade, a mercadorização das práticas dos sujeitos, do Estado e suas instituições e o paliativo PTRs que concerne a chave de reviravolta para transformar políticas sociais em guardiões efetivo do consumo de mercadorias.

Ao citar os anos, não buscamos fazer uma digressão histórica em relação a esses momentos, mas demarcar que sua funcionalidade só inicia a ser posta com a crise estrutural do capitalismo, pois é justamente nesse interim que a assistência aos supérfluos é colocada enquanto centralidade, que a partir da competitividade é logrado um desmantelamento dos mecanismos de proteção social. Desse modo, o próprio Estado passa a se reproduzir por meio da concorrência, pois “[...] já não se destina a assegurar integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais” (Dardot e Laval, 2016, p. 284).

Outro exemplo que podemos apontar para subsidiar a proposta desse tópico, seria uma das apostas referente a Teoria do Capital Humano. Resumidamente, essa teoria individualiza o problema estrutural do desemprego, nessa linha concebe uma suposta saída⁴² que sugere aos indivíduos o investimento na educação para que os mesmos possam ser capazes de desempenharem trabalhos específicos. Esse é, pois, uma das condicionalidades de alguns programas de transferência de renda, que só se torna viável através da obrigatoriedade de estudo e/ou frequência escolar para que permaneça nos PTRs. Desse modo, o problema estrutural do desemprego, advindo da crise sistêmica, é confinado ao indivíduo, isto é: somente ele, a partir do estudo pode mudar sua condição de existência, ao passo que nesse processo, segundo os adeptos dessa teoria, é possível criar uma ampliação da produtividade econômica.

Este aspecto, de uma ampliação do capital humano enquanto saída para os problemas produzidos pelo próprio capitalismo, ganha força nos PTRs. Mas, para além deste, observa-se uma aposta ainda maior enquanto ferramenta para subsidiar a “guerra contra a pobreza”, e consequentemente se expressa na transferência monetária para os “pobres”. Deste modo, a partir da relação entre esses pontos citados anteriormente, organizações multilaterais apostam na implementação dessa teoria nos chamados “países em desenvolvimento”. Afim de citação:

⁴² Assim como na pequena fábula de Kafka: “Ah”, disse o rato, “o mundo torna-se cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes convergem tão depressa uma para outra que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para qual eu corro”. – “Você só precisa mudar de direção”, disse o gato, e devorou-o. (Kafka, 2002, p. 138).

É pouco provável que os esforços para reduzir a pobreza venham a ter êxito duradouro se não houver mais investimento no capital humano que os pobres representam. Melhorar a educação, a saúde, a nutrição é um modo de lidar diretamente com as consequências da pobreza. Mas são muitos os indícios de que o investimento em capital humano, sobretudo no campo da educação, ataca também as causas mais importantes da pobreza, e é, portanto, parte essencial de qualquer estratégia a longo prazo que vise a diminuí-la. (Banco Mundial, 1990, p.91).

Foucault (2008), em seu livro *Nascimento da Biopolítica*, sendo este estruturado a partir do Curso dado no College de France (1978-1979), dedica uma parte ao debate referente a Teoria do Capital Humano. A novidade, segundo o autor, está no fato dos próprios sujeitos terem que produzir seu próprio capital. Para que seja possível, existe uma absorção voluntária dos sujeitos, mas para que isso se torne passível nas entranhas da relação social existe o investimento educacional, que não deve ser lido apenas como aprendizado escolar, mas também como os responsáveis⁴³ cuidam de seus filhos e filhas, a dedicação a estes últimos. Por isso, no Relatório de 1990 do Banco Mundial existe indicações e “preocupação” em relação a mães (*chefes de famílias*): “Excluindo outros fatores, as crianças cujas mães são mais instruídas tendem a ser mais saudáveis” (Banco Mundial, 1990, p. 85).

Somado a isso, outro investimento estaria nos cuidados médicos, pois é por meio deste que “o capital humano poderá primeiro ser melhorado, segundo ser conservado e utilizado pelo maior tempo possível” (Foucault, 2008, p. 316). Essa preocupação se encontra no *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1990: A Pobreza* (Banco Mundial, 1990), em um tópico intitulado “*investir em gente*”. Nesse subtópico do relatório, existe a preocupação em apontar a saúde enquanto função essencial para produtividade, tendo como meio a nutrição e planejamento familiar as pautas para cuidados médicos.

Por mais absurda que seja essa proposta, ela é viável e não escapa a ninguém. Bruno, personagem principal do filme *O Corte* (2005), possui os elementos constitutivos da Teoria do Capital Humano. Ainda que seja uma distopia (e isso não o faz menor), o personagem empreende a si mesmo até chegar sua finalidade: retomar a trabalhar. Para que isso seja possível ele mata todos os seus concorrentes. Esta máquina não produz um indivíduo isolado, mas um

⁴³ Não por acaso, o maior programa de transferência de renda da América Latina – o Bolsa Família – investe na feminilização da pobreza. Numa sociedade patriarcal e produtora de mercadorias, a mulher precisa tomar para si o cuidado familiar, no PBF o cuidado do filho e/ou filha. Está condicionalidade perfaz o investimento educacional do qual Foucault (2008) chama nossa atenção. Somado a isso, apresenta-se a reificação por meio de transferência monetária e reprodução da mulher como a responsável por cuidado familiar.

sujeito em que todos passam a performar um *homo economicus* neoliberal⁴⁴, por isso ao final do filme aparece uma mulher observando Bruno, ela é uma empresária de si que precisara matar Bruno.

Por fim, dada as exemplificações para tornar mais “palpável” esse *bicho escorregadio*, a prerrogativa deste tópico se estabelece com a finalidade de analisar como os PTRs são uma tentativa de fuga para frente do capital, um braço não empresarial que funciona para as empresas. Isto é, ele é parte constitutiva da crise estrutural do capitalismo e só se torna possível por conta da mesma. Sua funcionalidade só é estabelecida porque passa pelo crivo da economia, como um paliativo a própria dificuldade sistêmica de produzir valor. Dessa forma, sua participação na integração dos usuários ao circuito de consumo é, brutalmente, o pretexto, isto é, torna-se uma consequência e não o ponto central para implementação dos PTRs.

2.4 Remédios prescritos para cuidados paliativos

Neste tópico buscamos apresentar alguns conceitos-chave que se encontram nos relatórios multilaterais que serão apresentados no decorrer e cuja incidência revela sua natureza ideopolítica e vinculação às demandas do capital em crise. Para que isso seja possível, é preciso salientar que não será feita uma análise minuciosa dos relatórios, mas um apanhado que vise dar corpo aos processos desempenhados por esses órgãos, como a elaboração de uma vida em que o saber *psi* e a cultura terapêutica se tornam uma extensão com maior afinco do processo de “empreendimento de si”.

Quando se fala em cuidados paliativos para pessoas enfermas está diretamente ligado a pessoas que estão em um momento de crise em sua vida. Melhor dizendo, é o paciente ou a paciente que possui um quadro de saúde que coloca em *xeque* sua vida. A expressão referente a paliativo deve ser entendida dessa forma no decorrer desse tópico, assumindo os riscos do uso de metáforas. Desta forma, demonstraremos que dentro dos PTRs existem *formas* paliativas, que, antes de tudo, só se apresentam por demandas de uma sociedade estruturada pela lógica da mercadoria.

⁴⁴ [...] *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo o seu, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.” (Foucault, 2008, p. 311)

Um dos autores-chave para entendermos o porquê e qual a funcionalidade dessa *economia emocional* é o Byung Chull Han (2018) em seu livro *Psicopolítica*. É neste livro que aparece algumas pistas para o que estamos propondo pensar nesse tópico, isto é, o porquê desta quadra histórica imputar aos sujeitos uma liberdade que depende de si mesmo. Percorrendo esses traços, Han (2018), demonstra como há uma novidade no poder no neoliberalismo, afirmando que este poder é sutil.

Desse modo, se a biopolítica para o Foucault (2008) era uma forma de governo disciplinar, o que está em jogo para o Han (2018) – uma sociedade após o “controle” – é o fato de que na sociedade neoliberal se produz uma forma de governar a alma. É nessa quadra histórica que temos, como pontua Han (2018), um *poder inteligente*, isto é, o poder caminha de acordo com o “meu” desejo. “Essa técnica busca ativar, motivar e otimizar, não obstruir ou oprimir. A particularidade da sua eficiência está no fato de que não age através da proibição e da suspensão, mas através do agrado e da satisfação. Em vez de tornar as pessoas obedientes, tenta deixá-las dependentes.” (Han, 2018, p. 26)

Esta chave teórica do autor nos demonstra um regime de submissão diferente. Se a obediência ao patrão, era submetida de fora para dentro (do patrão para o empregado), agora, com a sociedade neoliberal, a obediência parte dos sujeitos (estar submetido) pois agora somos “nós” que nos submetemos pela parte de dentro há uma sociedade que desmorona. As condicionalidades nos PTRs, como já apresentamos em outro tópico desta monografia, são uma forma de produzirmos nossa própria coerção. Dito de outra forma, ainda que estas sejam implementadas por via estatal, e por meio de uma perspectiva de direito, no âmbito social, ela depende dos empresários de si e das empresárias de si nas ruínas para que sejam desempenhadas.

Não por acaso, um relatório do Banco Mundial (2021) possui em destaque na sua capa a palavra *resiliência*; *Aumentando a resiliência dos trabalhadores de baixa renda no Brasil: Instrumentos financeiros e inovações*. Uma leitura de tal documento, percebe-se que não existe uma preocupação em explicar o conceito, ao contrário, este torna-se uma finalidade. Melhor dizendo, produz todo um esquema e este vai findar, como uma carta na manga, coloca a resiliência como solução para um problema objetivo. De toda forma, vamos assumir a positividade deste termo para o Banco Mundial (2021) e analisar o que deve ser feito para obtenção de uma maior resiliência.

[...] na medida em que convence as pessoas de que a saída é sobretudo uma questão de esforço e resiliência, traz a reboque o perigo do esvaziamento dos

conteúdos comunitários e políticos do eu por meio de sua substituição por uma preocupação individual narcísica, bem como o risco de que as possibilidades para a construção coletiva da mudança sociopolítica permaneçam limitadas. (Cabanas; Illouz, 2022, p. 103).

No relatório do Banco Mundial (2021, p. 13) aparece como “preocupação” os trabalhadores vulneráveis e informais. Seguindo tais passos, são propostas medidas para que fomentem a resiliência para com esses sujeitos. Citaremos algumas, para que possamos apreender o *capitalismo emocional*. Deste modo, para que seja possível aumentar a resiliência seria necessário “**compromisso de poupar** por meio de recursos e incentivos comportamentais” (Banco Mundial, 2021, p. 13, grifos do autor). Este incentivo comportamental, é na verdade produto da sociedade neoliberal que fabrica uma psicologização da realidade e apelo a individualização das expressões da “questão social”.

Muito mais eficiente é a técnica de poder que faz com que as pessoas se submetam ao contexto de dominação *por si mesmas*. Essa técnica busca ativar, motivar e otimizar, não obstruir ou oprimir. A particularidade da sua eficiência está no fato de que não age através da proibição ou suspensão, mas através do agrado e da satisfação. Em vez de tornar as pessoas *obedientes*, tenta deixá-las *dependentes*. (Han, 2018, p. 26, grifos do autor)

Seguindo o percurso dos paliativos propostos pelo Banco Mundial (2021, p. 13), temos “**incentivos monetários** (contrapartidas, recompensa pelo alcance de metas)”. Retornarmos ao fato da liberdade, do *poder inteligente* do qual fala Han (2018). Para que se tenha algum incentivo monetário transferido, têm-se contrapartidas, mas é preciso uma intensificação da produtividade para que alcance metas pré-estabelecidas, isto porque se condiciona a lógica neoliberal: custo-resultado. Aqui, percebemos como a economia passa a propor comportamentos humanos, mais que isso, a economia passa a intervir e aferir nos comportamentos. Assim “o poder inteligente lê e avalia nossos pensamentos conscientes e inconscientes. Baseia-se na auto-organização e na otimização pessoal voluntárias. [...] **Deseja dominar buscando agradar e gerando dependência**.” (Han, 2018, p. 26, grifos nosso).

Essa dependência não quer dizer passividade dos empresários e das empresárias de si nas ruínas. Basta lembrarmos o percurso que estamos trilhando nesta monografia, onde se iniciou com a crítica da economia política demarcando a crise estrutural fundamental da sociedade produtora de mercadorias. Se assim for, como bem salienta Mészáros (2011), a política enquanto ação centrada no Estado e como única forma de organização das relações sociais não teria mais forças resolutivas dos problemas que estão colocados. Uma tentativa de

postergar esse processo desencadeado pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção seria a psicologização da crise estrutural que atravessa os sujeitos. Dito de outra forma, esse problema que é da ordem social, política e econômica é convertido em um problema de ordem psicológica de um sujeito que ainda não tem resiliência suficiente.

Em uma nova busca pelos relatórios de instituições multilaterais, encontramos algumas pistas interessantes. É neste relatório intitulado *Proteção Social para o Brasil do futuro: enfrentar mudanças com inclusão e resiliência* do Banco Mundial (2022), que nos é apresentado, finalmente, o que seria o conceito de resiliência. Segundo este órgão, a resiliência tem o papel de responder a choques que os sujeitos venham a sofrer, como por exemplo a pandemia do Corona Vírus.

Resiliência refere-se à capacidade do sistema de proteger os vulneráveis contra o impacto de choques diversos. Um sistema de proteção social que promove a resiliência é capaz de proteger as pessoas de riscos presentes e futuros ao longo de todo seu ciclo de vida. Também garante o acesso à proteção social independentemente da família realizar trabalho formal ou informal. (Banco Mundial, 2022, p. 46)

Assim percebemos uma preocupação referente a questões climáticas e a substituição cada vez maior da tecnologia pelo trabalho humano: “os efeitos das mudanças climática e tecnológica e as novas formas de globalização dos serviços aumentam a exposição dos trabalhadores a choques no mercado de trabalho e de renda” (Mundial, 2022, p. 59). Nota-se que os efeitos climáticos e tecnológicos, nesse relatório, aparecem apartados do sistema capitalista, algo que vem do exterior dessa forma social e forja os choques nos empresários de si nas ruínas. De fato, os efeitos climáticos e tecnológicos se intensificam a partir de 1970, mas basta nos lembrarmos que o sistema orgânico, bem pontuado por Mészáros (2011), é dotado da própria lógica.

É nesse sentido, seguindo as pistas do autor, que o sistema é um conjunto objetivo de imperativos que subordina a si todas as áreas da atividade humana. Se assumirmos como assertivo essa leitura do capitalismo, e concordamos, a ideia de que são produzidos aquém do sistema capitalista, percebemos como este argumento não se sustenta. O uso tecnológico se dá pela concorrência entre os capitalistas, em que propicia a busca do mais-valor consumando a produção de mais mercadorias em menos tempo. E então, essa expansão e produção acelerada

acaba produzindo a destruição da natureza⁴⁵, já que é a partir desses espaços que são retiradas matérias primas, ou as *comodities* como bem conhecemos no Brasil, para usarmos de exemplo.

Todo esse percurso serviu para que chegássemos à autonomização dos beneficiários e beneficiárias desses programas. Essa ideia de autonomia nos coloca alguns questionamentos, afinal qual seria a autonomia gerada a partir de um programa de transferência monetária? É a partir desta incerteza que Silva e Silva *et al.* (2014) constroem algumas indagações a este aspecto dos PTRs:

O que é autonomização? Autonomização de quem? Das famílias beneficiárias no seu conjunto? De alguns de seus membros, como as crianças e adolescentes de hoje no seu futuro? Portanto, seria a autonomização uma decorrência da formação de capital humano, já que esta é uma ideia motriz dos PTRC? Silva e Silva *et al.*, 2014, p. 222)

O relatório do Bando mundial (2021) estrutura algumas recomendações para, nesse momento específico, os beneficiários e beneficiárias do PBF. Dentre as “lições” estaria a inclusão financeira a partir do Cadastro Único e PBF. Para isso, têm-se a sugestão de "parte do BF pode ser desenhado para construir contas de poupanças preventiva" (Banco Mundial, ano, p. 13). Seria está a autonomia? Conseguir poupar o dinheiro de um programa para pessoas que estão na pobreza e extrema pobreza? Por mais absurdo que pareça, isto é signo da sociedade neoliberal, em que o Estado, de forma dialética, está presente (mas, em crise) e se ausenta pelos mesmos meios.

A nova norma em matéria de risco é a da “individualização do destino”. A extensão do risco coincide com uma mudança em sua natureza. Esse risco é cada vez menos “risco social”, assumido por determinada política do Estado social, e cada vez mais “risco ligado a existência” (Dardot; Laval, 2016, p. 349).

Seguindo as contribuições de Silva e Silva *et al.* (2014), temos duas implicações para falar de autonomização a partir dos PTRs. A primeira, segundo os autores e autoras, seria o fato de a transferência monetária não ser suficiente para responder as demandas e necessidades básicas da família que é beneficiada bem como estes programas não alcançarem a todas as famílias que estão na faixa da pobreza e extrema pobreza. A segunda dimensão seria o fato dos benefícios não monetários – que tem relação direta com a teoria do capital humano – como é o

⁴⁵ Para uma apreensão detalhada entre a concorrência e o e a devastação do meio ambiente ver *O limite ecológico do capitalismo: forma-valor e destruição acelerada da natureza à luz das teorias de Karl Marx e Moishe Postone* (2021) do Nuno Miguel.

caso da saúde, educação, nutrição e trabalho. Neste ponto, os autores sublinham a insuficiência de atendimento dessas ações e a baixa qualidade destes serviços (Silva e Silva, *et al* 2014, p. 223). Isto ocorre porque essas áreas são subjugadas ao crivo do valor, e no momento que este valor entra em crise a própria forma de atendimento – que só funciona por meio de verbas – acaba ruindo e criando-se outra “coisa” como é o caso da educação com saídas pitorescas⁴⁶.

Desde a criação de uma subjetividade para tentativa de responder questões objetivas, bem como a aplicabilidade dos PTRs não são suficientes para resolução dos problemas em nossa quadra histórica. Esta resignação em transferir problemas sociais para individualização, demarca mais uma vez a crise estrutural fundamental em todas as esferas do capitalismo maduro. Por isso é necessário produzir uma crítica as categorias basilares a esta forma social.

⁴⁶ Uma das aberrações, mas que há sentido lógico no sistema capitalista, foi a retirada de livros didáticos impressos pelo Governo de São Paulo por substituição de livros digitais. Sobre isso, ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/02/entenda-o-projeto-do-governo-de-sp-que-adotara-material-100percent-digital-nas-escolas-apos-abrir-mao-de-usar-livros-didaticos-do-mec.shtml>

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um caso de 2018, na cidade de Itabaiana (SE), uma mãe passou a ser suspeita de cegar seus três filhos. O que parece um absurdo tem outros contornos. A justificativa para que fosse feito tal ato se deu no fato da mãe “querer” receber um benefício previdenciário⁴⁷. O benefício no caso seria o BPC LOAS, destinado a pessoas com deficiência, sendo este um programa de transferência de renda. É preciso aqui retomar as obras de Marx (1985; 2011), pois torna-se cada vez mais importante entender como o capitalismo é dotado dum fetiche fantasmagórico que produz barbárie⁴⁸. Ao passo que as supostas saídas por meio das bases desse sistema gera não uma autonomia dos sujeitos, mas ao contrário reafirma essa forma social como única possibilidade de vida.

É preciso, desse modo, compreender as novidades nessa forma social fetichista e produtora de mercadorias, afinal o problema não se encontra na distribuição de riquezas, mas sim na existência dessa última, enquanto concepção produzida no capitalismo, de modo que nessa organização societal, a riqueza aparece sob a forma de “uma imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1985, p. 45). Ao passo que os PTRs possuem um impacto na vida de seus beneficiários e beneficiárias não se pode reduzir-se somente a esse impacto, é preciso ir além, observar seu negativo. Se assim fizermos, espero que tenha conseguido de algum modo, percebemos que há uma submissão da vida de quem recebe a transferência monetária, ao passo que ela mesma fomenta, como o exemplo do parágrafo anterior, barbárie.

De certo modo, percebe-se, como bem pontua Scheilla Nunes (2019), que entre as mulheres beneficiárias criam-se formas de sobrevivência a partir da quantia que cada uma recebe. Em um dos exemplos, estaria uma forma de “crédito” que muitas mulheres conseguem em mercearias ou mercados próximo a suas casas. E se há algo que precisamos resgatar no

⁴⁷ <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2018/08/30/mae-e-presa-suspeita-de-cegar-tres-filhos-para-receber-beneficios-do-inss.ghtml>

⁴⁸ Uma atualização das categorias marxianas no Brasil é produzida por Marildo Menegat (2019) em que o debate referente ao fetichismo passa a ser um “tema obrigatório a um estudo sobre a barbárie, tanto por ser a forma objetiva dominante da realidade das sociedades burguesas maduras como por ser um elemento constitutivo de uma espécie de subjetividade primitiva adequada a regressão passiva desta forma social. Tal subjetividade, que comporta práticas sociais com elevado grau de submissão a forças estranhas e obscuras de dominação impessoal e inconsciente, pode, quem sabe, ajudar a explicar porque este estado de regressão se naturaliza” (Menegat, 2019, p.11).

processo crítico produzido até aqui, é que ainda há outras formas de viver e resistir aos ímpetos da sociedade burguesa.

A menção feita no parágrafo anterior – sobre criação de formas de sobrevivência – não é uma tentativa quixotesca de positivar enquanto progresso os PTRs, muito pelo contrário, é perceber que a partir do seu negativo (aqui especificamente a pequena quantia monetária transferida) é possível forjar mecanismos para além das possibilidades imediatas produzidas. E salientamos tal ponto estando na periferia do capitalismo, e é a partir desse lugar que os programas de transferência monetária passa a *guerrear* contra a pobreza, mas que produz ao mesmo tempo uma forma regressiva como é o caso que citamos no início dessas considerações finais.

Ao que parece estamos em um processo de insustentabilidade dos PTRs; se outrora avistava-se uma luz no final do túnel – parafraseando Paulo Arantes em um de suas inúmeras *lives* disponíveis no YouTube – agora enxerga-se um trem vindo em nossa direção, pois mesmo que você esteja na linha da extrema pobreza ou pobreza não pode inserir-se no PBF pois o teto limite de vagas para unipessoais foram atingidos. Esse afunilamento ignora os paliativos, estes sendo mecanismos de alívio de sofrimentos.

Começar pela ideia da crise em que não se sabe se permanecera vivo ou morto (numa apreensão médica do termo) e depois analisar minuciosamente este corpo (PTRs) enquanto gerador de espasmos não foi por acaso. A lógica nesse processo foi de suma importância e não tem lugar menor na apreensão do objeto feita nesta monografia. Este cuidado tentou, a sua medida, incorporar a interdisciplinaridade que é exigida para que possamos ter uma leitura fiel da problemática. O percurso teórico possuía isso como premissa, atenuando as áreas dos saberes para que fosse possível andar teoricamente no mesmo objeto, mas apreendendo suas partículas que forma sua totalidade.

Ao enveredar por este caminho teórico, tentamos viabilizar como fonte primária de apreensão do objeto a leitura marxiana, isto é uma crítica a economia política. Utilizando-se de tal pressuposto, ficou estabelecido que não poderia falar de PTRs sem falar de capitalismo, mais ainda sobre as possíveis leituras de um capitalismo em ruínas. Destacamos ainda os impactos subjetivos da crise estrutural fundamental do capital, ao passo que apreendemos como o campo subjetivo torna-se central para produção de empresários de si das ruínas.

Encontrou-se, desse modo, vasta obra teórica referente aos PTRs, ao passo que observamos que há leituras que divergem entre si. Umas apostam em uma autonomia subjetiva, como é o caso de Rego e Pinzani (2014), bem como a crítica a essa apreensão feita por Gonçalves (2019) que utiliza as próprias entrevistas dos dois autores citados anteriormente para

demonstrar que, na verdade, as mulheres (em sua maioria negras) permanecem sendo violentadas numa sociedade patriarcal.

Ao efetuar a busca por autores/as acabei encontrando a Marins (2017) tardiamente. De todo modo, li um capítulo de sua obra e esse foi necessário para entender algumas características que não foram possíveis de incorporar na monografia. Assumindo esse estatuto da pesquisa, bem como alguns *insights* que aparecem de forma ligeira no decorrer da monografia, espera-se que seja possível um aprofundamento maior nestas “pontas soltas”. Por fim, é preciso pensar uma sociedade que não seja mediada pelo valor, muito menos pela mercadoria, pois até mesmo nossos sonhos diurnos estão povoados pela fantasmagoria da abstração real que é o valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. **Introdução à sociologia**. São Paulo: UNESP, 2008.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **A dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1985.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990: A pobreza**. 1º Ed, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Aumentando a resiliência dos trabalhadores de baixa renda no Brasil: instrumentos financeiros e inovações**. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Equilibrando estabilidade e transição: primeira avaliação da regra de permanência no programa bolsa família**. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Proteção social para o Brasil do futuro: enfrentar mudanças com inclusão e resiliência**. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.164, de 2 de março de 2023**. Diário Oficial da União Publicado em: 02/03/2023.

BEHRING, E. **Fundo público, valor e política social**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

BOSCHETTI, I. Limitações do Estado Social Capitalista Contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-13, 13 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.980>. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/980> Acesso em: 28 setembro 2023.

BOTELHO, M. **Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2019.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGO, V. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GONÇALVES, S. **Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2019.

GRESPLAN, Jorge. **História e Historiografia das Crises**. Revista de História, V. 179, p. 1-27, 2020.

HAEBERLIN, Mártin; SILVA, Rodimar Silva da. **Erradicação da Pobreza: contribuições do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família para o Cumprimento do ODS1 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1) da Agenda 2030 da ONU**. Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social, v. 5, p. 45-60, 2019.

HILÁRIO, L. C. **Ascensão e colapso da razão instrumental neoliberal**. REVISTA DEBATES INSUBMISSOS, v. 3, p. 174-201, 2020.

IBGE – instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Mercado de Trabalho**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> > Acesso em: 02 out. 2023.

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores do IBGE**. 2022.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. 1. Ed. Lisboa: Antígona Editora, 2006.

KAFKA, F. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, F. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KURZ, R. **Crise do valor de troca**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

KURZ, R. **Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais**. São Paulo: Hedra, 2010.

KURZ, R. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVINAS, L; COBO, B; VEIGA, A. **Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero**. Revista Latinoamericana de Población, vol. 6, núm. 10, enero-junio, 2012, pp. 31-56.

LEMO, Rosália. **Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões**. In: Revista Espaço Acadêmico – Especial: Feminismo Negro- Ano XVI, nº185, 2016, p. 12- 25.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1.º Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, N. **O limite ecológico do capitalismo: forma-valor e destruição acelerada da natureza à luz das teorias de Karl Marx e Moishe Postone**, in Ferreira, José Maria Carvalho (Org.), *Economia Circular e Sustentabilidade*. Lisboa: Clássica Editora, 2021, p. 65-77.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARINS, T. **Bolsa Família: questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Faperj, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENGAT, M. **O fim da gestão da barbárie**. Disponível em: <https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat/> Acesso em: 14 jun. 2021.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NETTO, José e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PANIAGO, M. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

PEREIRA, P. STEIN, R. **Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina**. In Boschetti, I. Behring, E. Santos, S. Miotto, R. (Orgs.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

POSTONE, M. **Tempo, dominação social e trabalho: uma reinterpretação da teoria de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

REGO, Walquiria Leão; PAIZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. – 2. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROJAS, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÔES, C. **A seguridade social**. In Curso de direito de serviço social. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, O. (coord.). **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, O. **A Pobreza enquanto Categoria Teórica de Fundamentação e Foco de Intervenção dos Programas de Transferência de Renda na América Latina**. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. Especial, p. 193-200, 2016.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: Ana Elizabete Mota. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2010, v. 1, p. 147-179.

SCHOLZ, R. **Corona vírus e o colapso da modernização**. Revista *Exit!* Crise e crítica da sociedade da mercadoria, n. 17, p. 114-119, 2020.

SCOTT, Joan. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

STREECK, W. **Tempo comprado: a crise do capitalismo democrático**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

YAZBEK, M. SILVA, M. GIOVANNI, G. **A política social brasileira no Século XXI: a previdência dos programas de transferência de renda**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.